

ENCONTRO 8

JORNAL DOS UNIVERSITÁRIOS CATÓLICOS

RESPONSABILIDADE CÍVICA DO UNIVERSITÁRIO

por MARIA DE LOURDES PINTASILGO

Em muitas camadas sociais a virtude cívica perdeu o prestígio precisamente porque a defesa verbal do bem — comum se identificou com a incompetência no domínio especializado. Este, por via da mesma especialização, requer maior vigor e maior profundidade e, portanto, no plano pessoal, maior disciplina e mais trabalho. Daí a tentação subtil de lhe fugir para o campo mais vasto do bem — comum que se apresenta, embora erradamente, como intrinsecamente impreciso e vago.

A vida da cidade não se constrói em super-estruturas independentes do corpo orgânico que as múltiplas actividades humanas integram. A sociedade não vive, não evolui, não tem condições de bem estar material e, portanto, de valorização dos homens senão na medida em que assenta em actividades diferenciadas, perfeitamente definidas, e fielmente realizadas.

É portanto utópico falar em bem comum se não fizermos primeiro assentar esse bem — comum nas sólidas e concretas actividades que dão ao homem o pão, a casa, os livros, o vestuário, todos os elementos sensíveis que não-de ser para ele como que os sacramentos de uma pertença à sociedade dos homens numa comunhão de necessidades, desejos e sonhos.

É aí que a contribuição do homem para a construção de uma cidade justa, equilibrada e feliz tem o seu primeiro campo de realização.

Por via da sua vocação, o universitário está na raiz mesma de todas as actividades, pelo seu desenvolvimento prático. Todo o esforço que realizar no sentido de

maior rendimento, é decisivo para a sua contribuição para o bem comum.

Por isso, o primeiro dever cívico do estudante de hoje é preparar-se para ser um profissional consciente. Ora profissional consciente é aquele que caminha na vanguarda do progresso, que antes de toda a preocupação do prestígio ou da ambição ou do lucro põe o ideal do serviço bem feito, é aquele que não cessa de se aperfeiçoar, que não atinge nunca na sua própria classificação, o grau de génio que mantém despertos e amadurecidos o juízo crítico, a capacidade criadora, o espírito de síntese — bases de todo o trabalho intelectual.

É evidente que quando falo neste primeiro dever de competência técnica estou a situar-me numa dimensão autenticamente humana da profissão. Quer dizer, suponho que a profissão permite, justamente pela profundidade com que é vivida, o encontro e a descoberta dos autênticos valores humanos que nela e por ela se jogam. É dessa maneira ela está aberta à cidade dos homens, passando de uma a outra esfera sem solução de continuidade.

Não pode, pois, perder-se o tempo da Universidade, à espera de um vago amanhã — então, sim, havemos de estudar, de fazer trabalho sério, etc.. Não; é hoje que esse trabalho se realiza. Porque depois, ao recém-licenciado, não se pede só que se aperfeiçoe; a sociedade exige-lhe logo trabalho produtivo. E não há mais tempo para voltar atrás. A lei da vida é de uma constante projecção no futuro e hoje mal nos é consentido um rápido relance pelo que foi o passado.

O estudo, ou melhor, uma séria preparação intelectual, é assim a pedra de toque de uma autêntica consciência cívica. — Sem ela, há palavras ocas e pouco mais.

As profissões e todas as actividades evoluem no sentido da colectivização e portanto da despersonalização. Novos problemas surgem aí que terão uma influência decisiva no bem — comum. Será preciso elaborar uma deontologia profissional adaptada às novas formas que saiba tornar cada profissional autenticamente responsável numa forma de activi-

dade colectivizada e que saiba impedir, pela associação legal, toda e qualquer infracção do princípio da função supletiva.

O estudo da responsabilidade cívica através do exercício das diferentes profissões tem vindo a ser encarado por algumas federações da Pax Romana, estando a realizar um trabalho verdadeiramente notável neste domínio os estudantes católicos do Canadá.

Mas a Universidade tem uma vida própria, ela é a expressão de vida comunitária, também aí há um bem — comum a salvaguardar e a desenvolver.

O bem — comum essencial reside antes de mais na conformação da Instituição com os fins que a definem. Onde faltar essa condição básica, todo o bem — comum que se procure será necessariamente aleatório.

E sendo a Universidade uma comunidade de professores e alunos, é evidente que a estes cabe igualmente a salvaguarda dos objectivos primeiros que justifiquem a Universidade, bem como das condições essenciais da sua vida orgânica.

Neste sentido, o estudante tem não só o direito mas o dever de denunciar todo o anquilosamento da Universidade em fórmulas ultrapassadas que constituem hoje o mais grave atentado contra a irradiação da verdade que cabe à Universidade.

O estudante tem não só o direito mas o dever de aprofundar as exigências que derivam da realização do ideal de uma Universidade autêntica e de publicamente as definir e proclamar.

O estudante tem não só o direito mas o dever de constituir dentro da Universidade todos os agrupamentos que, respeitada a justa hierarquia de valores próprios da instituição, contribuam para o alargamento do bem — comum. Este dever é particularmente importante na Universidade laica em que uma atitude ideológica classificada de neutra pauta todas as tomadas de posição, conduzindo inevitavelmente a uma atitude cultural superficial porque incompleta.

O estudante tem não só o direito mas o dever de defender e de ajudar a construir as estruturas universitárias que tornem possível

(Cont. na pág. 4)

Dizem as estatísticas que existem no nosso país nada mais, nada menos do que 86% de católicos. Diante deste dado tão expressivo, uma pessoa desprevenida e conscienciosa ficaria decerto tolhida de espanto ao tomar contacto directo e aberto com a verdadeira realidade portuguesa. Nem era necessário que esse contacto fosse muito fundo; bastaria olhar para a superfície e saber interpretar rectamente os afloramentos tão abundantes e significativos do real vazio (e, porque se pretende disfarçar, da real mentira) a que quase exclusivamente se resume o catolicismo português.

Não queremos aqui comentar os resultados dolorosos dos primeiros ensaios de sociologia religiosa feitos em Portugal; não queremos, também, referir-mo-nos ao nível moral do país, sobre o qual um critério com um mínimo de exigência e verdade não poderá deixar de dizer coisas tristes. Um outro nos vai ocupar, e esse porque mais próxima ou mais directamente nos diz respeito, a nós, universitários católicos: trata-se da real inexistência de elites culturais católicas em Portugal.

É verdadeiramente de espantar que uma massa tão esmagadora de católicos, como a que a estatística nos indica, não tenha ainda conseguido fornecer muito mais de meia dúzia de pessoas, valores autênticos e actuais na Filosofia, na Ciência, nas Artes, ou na Literatura. Porque a maioria dos intelectuais católicos portugueses, (e descontando o facto de o mesmo acontecer com a maioria dos chamados intelectuais portugueses, católicos ou não) não tem um mínimo de categoria ou decência que a levante da morna almofada da mediocridade.

Desorientados e divididos, uns julgam poder sacrificar o seu catolicismo na medida em que servem a inteligência, outros julgam dever sacrificar a inteligência para permanecerem fiéis à sua Fé. O inevitável resultado, quer para os primeiros, quer para os segundos, é não conseguirem ser nem bons intelectuais nem bons católicos.

Depois, há os tímidos e os orgulhosos. São os que recusam pôr confiadamente os pés no terreno difícil e desorientador da cultura do nosso tempo; são os que têm medo ou repelem indignados a humilde aceitação ou a trabalhosa reelaboração de alguns valores positivos actuais, gerados e ainda agora possuídos em regime de monopólio por indiferentes ou por inimigos do Cristianismo. E esta espécie de saudosismo puritano não chega a encobrir, muitas vezes, uma ignorância apenas lamentável.

E, assim, o nosso catolicismo, culturalmente subalimentado, se vai a passos largos desenraizando da alma do povo, caminhando para o simples dado folclórico, com romários e tudo. E, assim, o nosso catolicismo se vai tornando, mais e mais, numa espécie de monumento nacional, com cicerones e tudo.

E nós? Sabemos nós, que somos jovens e universitários e católicos, responder ao que, pelo que ficou dito, é evidente ser-nos exigido? Teremos nós coragem para irmos até ao fundo e Esperança para ir até ao fim? Poderemos nós, daqui a anos, vir oferecer a Cristo, à Igreja e ao país uma inteligência trabalhada, esclarecida e honesta?

POEMA

A João Vaz Raposo

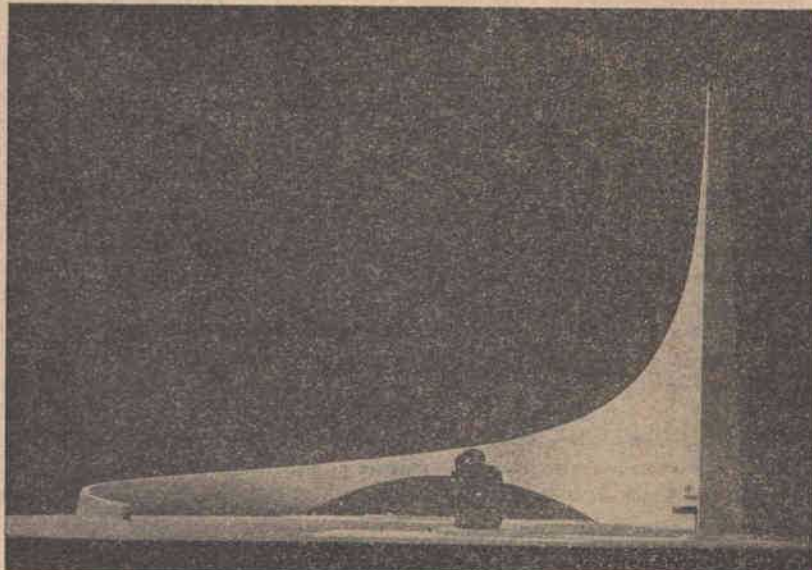
Tudo imaterial na praia rasa
Cheia de sol, ao fim da tarde, em que
Proa do vento quebrada
A vaga, entre rochedos, se ilumina.

É tudo imaterial; tudo neblina
Ténue que aos poucos arde,
Ao fim da tarde se desfaz, flutua,
E nave de outros tempos se insinua,
E vôo de ave desliza
Ao longe, linha de asa, linha pura.

É tudo imaterial na praia rasa.
Aqui, ninguém me vê: amo a Ternura.

Ruy Cinatti

Neste
número:
—NÃO HAVERÁ



"MAR
NOVO"

Vale a pena LER

THOMÁS MERTON

Não necessitará Thomas Merton de grandes apresentações, pois trata-se de um dos maiores convertidos do séc. XX.

Quem não conhece, pelo menos de nome, a sua auto-biografia «Elected Silence», que, só nos Estados Unidos, teve uma venda de 500.000 exemplares? Quem não saboreou já os seus escritos, que o afirmam como um dos maiores e mais experientes autores espirituais dos nossos tempos?

Nascido a 31 de Janeiro de 1915 em França (Prades), aluno sucessivamente nos Estados Unidos (Long Island), Bermudas, França, (Liceu de Montauban), Inglaterra (Oakham, depois Cambridge), terminou os seus estudos na Universidade de Colúmbia. A sua auto-biografia, conhecida na América com o título *The Seven Storey Mountain* e traduzida em francês com o nome *La Nuit Privée d'étoiles* mostra-nos nele o tipo característico do intelectual irónico, odioso, desprezado de tudo, na aparência, e, no fundo, cheio de ambições.

Ouçamos as suas palavras: «Para a minha família todas as religiões eram mais ou menos dignas de elogio sob o ponto de vista social; a igreja fazia parte da paisagem assim como o colégio, o Y. M. C. A. e o cinema. Só os católicos e os juizes eram odiados» (*La Nuit privée d'étoiles*, pág. 25).

O género de vida que ele evoca é típica: «Esta casa de Douglasdon, construída por meus avós, onde, durante vinte e cinco anos, o frigorífico esteve sempre cheio, as carpetes impecáveis, onde quinze diferentes revistas cobriam sempre a mesa da sala de estar, onde se encontrava sempre um Buick na garagem e um papagaio sobre o pórtico protestando com a sua voz pungente contra o rádio dos vizinhos, era o símbolo duma vida, que lhe não poderia trazer senão agitação, inquietação, mal entendidos e acessos de irritação» (*La nuit...* pág. 368).

Uma das maneiras de reagir de Thomas Merton foi brandir o espantalho do comunismo: julgou a sua época sem indulgência «Tornei-me um verdadeiro cidadão do mundo moderno, perdido no emaranhado dos meus interesses mesquinhos e ináteis, quase incapaz de examinar ou compreender a que me conduzia os interesses sociais» (*La nuit...* pág. 335).

A conversão ao catolicismo de Thomas Merton foi suscitada, encorajada e ajudada por livros de grandes europeus de todos os tempos, como os franceses Jacques Maritain e Etienne Gilson, os ingleses William Blake e Gerard Manley Hopkins, o italiano Dante e o grande Doutor da Igreja S. João da Cruz.

Depois de convertido, levado pela Providência, Thomas Merton vem uma tarde bater à porta da Abadia de Gethsémani, em Kentucky, nos Estados Unidos, como reitorante. Nove meses mais tarde volta, mas agora como postulante. A tentativa que vem fazer era cheia de significação. Com ele, vinha a jovem inteligência moderna que procurava salvar um mundo em perigo e substituir o culto da velocidade pelo da estabilidade, a agitação e a violência pela paz, o ruído contínuo pelo silêncio, a busca do prazer pela reparação e pela penitência.

«Os pneus chiavam sobre a estrada deserta; retendo a respiração, contemplei o célebre mosteiro que se descobria a meus olhos do alto da colina. Na extremidade duma avenida arborizada erguia-se um rectângulo de construções sombrias, com uma igreja encimada por uma torre onde existia um

relógio e uma cruz; o relógio brilhava como platina, todo o conjunto era de paz como o coração da noite perdido no silêncio permeável e na solidão dos campos» (*La nuit...* pág. 286).

Quem diz que as narrações de conversões, de vocações, não interessam a ninguém? Semelhante afirmação de nada vale para o Novo Mundo, onde Thomas Merton, hoje Frei Mary Louis O. C. S. O. em religião, emocionou milhares de leitores com a narração de acontecimentos muito simples. No claustro os monges lavavam e beijavam os pés a cerca de setenta ou oitenta pobres aos quais davam esmola. Em todas as cerimónias, mas especialmente durante o lava-pés, em que eu os vi de perto, fui impressionado pela maneira como estes monges, simples e jovens americanos vindos de oficinas, universidades, quintas e colégios dos diferentes estados, eram absorvidos e transformados pela Liturgia. A sua simplicidade era impressionante não se interessando senão por uma coisa: fazer o que tinham a fazer, cantar o que era preciso cantar, saudar ou ajoelhar logo que era preciso, tão perfeitamente quanto possível, sem agitação, ostentação, ou embaraço» (*La nuit...* pág. 297).

Para muitos de nós a obra de Thomas Merton é uma revelação. Sem dúvida, será prematuro querer comparar a narração da sua conversão às «Confissões» de Santo Agostinho. Fr. M. Louis não tem senão 42 anos de idade, mas tudo leva a crer que a sua obra será a de um dos maiores escritores monásticos. Os seus livros vendem-se em número sem conta, sempre procurados e lidos com avides, e dentro em pouco encontraremos talvez o seu nome nos manuais de literatura. Sobre isto, Evelyn Waugh escreve: «Desde há muito que nos temos acostumado a beber os licores e a comer o queijo dos contemplativos. Eis que agora eles nos oferecem livros destinados a conhecer a vida contemplativa. É por ordem dos seus superiores que Frei M. Louis escreve as suas obras e é muito significativo ver trapistas do séc. XX lançarem-se em trabalhos de ordem intelectual. É o sinal do renascimento de toda a cristandade. É paradoxal constatar que é da América que nos vem a primeira história de conjunto desta ordem admirável. Certamente que no país de S. Bernardo e de Rancé não faltam obras eruditas sobre a Ordem Cisterciense da Estricta Observância, mas nenhuma nos dá a impressão de vida que se encontra na de Thomas Merton. Com ele, o tempo e espaço não são senão obstáculos, quer se trate da Europa do século XII ou dos Estados Unidos do século XX: em tudo se sente o viver da Igreja Universal».

Os Estados Unidos estão a tornar-se uma grande nação católica e Thomas Merton, vindo para colher na alegria o que outros têm semeado nas lágrimas, tem bem razão para assim meditar no silêncio da igreja do seu Mosteiro de Gethsémani: «A eloquência desta Liturgia é extraordinária, ela proclama uma verdade única, irresistível — que esta igreja, côrte do reino do céu, é a verdadeira capital deste país, o centro de toda a vitalidade da América, a causa e a razão que mantém a nação. Estes homens sepultados no animato do seu coro e das suas cogulas brancas, fazem pelo país o que nenhum exército, nenhum Congresso, nenhum Presidente podem jamais fazer, pois lhe asseguram a graça, a protecção e a amizade de Deus» (*La nuit...* pág. 292).



E agora, ele também, igualmente escondido no seu amplo hábito de monge branco, filho ao mesmo tempo de S. Bento e de S. Bernardo, canta o seu grato reconhecimento àquela que esta-

rará para sempre escrita no seu nome (Frei Mary Louis) — só minha Nossa Senhora, naquela noite em que deixava a Ilha que foi outrora a vossa Inglaterra, o Vosso Amor acompanhou-me.

ainda que eu então o não pudesse compreender. Ignorava para onde ia, e o que o futuro me reservava, ao chegar a Nova-Iorque. Vós vieis mais longo e mais claro do que eu. Estáveis a preparar o meu refúgio, o meu abrigo e o meu lar.

Obras de Thomas Merton: — *A Trapist tells of the God-Man's Double* (1940); — *Thirty Poems* (1940); *The Ascent of Truth* (1945); *A man in divided Sea*, colectânea de poesias (1946); *Figures for an Apocalypse*: colectânea de poesias e de um artigo em prosa; *Poetry and Contemplation* (1947); *Exile ends in glory*: *Vida da Madre Maria Berchmans* (1947); *Elected Silence*: auto-biografia, cujo título foi inspirado por um poema de Hopkins, em que ele celebra a sua entrada na vida religiosa. Na América esta obra tem o título

— *The Seven Storey Mountain* (1948), traduzida em francês com o nome de

— *La nuit privée d'étoiles* (1951) por Maria Tadié, Paris; — *What is contemplation* (1948) com tradução portuguesa por Teresa Leitão de Barros, Livraria Tavares Martins, Porto; — *The Waters of Siloé* (1948); — *The tears of blind Lions* (1950) colectânea de poesias; — *What are these Wounds?* *Vida de Santa Lutgarda* (1948-1950); *Silence dans la ciel*: *Livro de gravuras, acompanhadas com extractos da Regra de S. Bento*; — *No Man is an Island* (1955): *continuação de Seeds of Contemplation*, com tradução francesa sob a designação — *Nul n'est une île*; — *Marthe, Marie et Lazare* (1956).

É de «Nul n'est une île» o fragmento que a seguir apresentamos.

Sobre a esperança

A Esperança é a vida e o coração do ascetismo. Com ela atinjo a renúncia a mim mesmo e a renúncia ao mundo: não porque o mundo ou o meu eu sejam maus, mas porque, se a Esperança sobrenatural me não lançar para lá das coisas temporais, não posso servir-me perfeitamente dos bens deste

mundo, nem das minhas faculdades; mas porque, pela Esperança, sou senhor de mim mesmo e de todas as coisas, porquanto as possuo não como elas são em si mesmo, mas como se apresentam em Cristo: cheias de promessas. Todas as coisas criadas são a um tempo boas e imperfeitas. A sua bonda-

de eleva uma homenagem à bondade de Deus. Mas a sua imperfeição convida-me a deixá-las para colher o meu alimento na Esperança. Em si mesmas são insuficientes: devo ultrapassá-las para ir Àquele em quem elas encontram o seu verdadeiro ser.

Renuncio aos bens do mundo, não porque eles não sejam bons, mas porque apenas o são quando se enraízam numa promessa. E a consumação do seu fim depende também da minha Esperança e da minha aplicação. Se lhes dou mau uso perder-me-ei com eles; se me utilizo deles como resultado da divina promessa, eles sobem comigo até Deus.

«As criaturas encontram-se na expectativa desta manifestação de filhos de Deus... na Esperança de que serão libertas, por sua vez, da servidão do pecado para participarem da gloriosa liberdade dos filhos de Deus». (Rom. VIII, 19-21).

Da mesma Esperança depende, portanto, a liberdade do Universo, porque ela é o testemunho dum Céu novo e de uma nova Terra, onde todas as coisas serão o que devem ser e subirão, ao mesmo tempo que eu, até ao Cristo. Um dia os animais e as árvores partilharão conosco desta nova Criação, e nós veremos como Deus os sente e saberemos como são bons.

Mas, se eu os desviar para mim, preverter-me-ei com eles. Eis o fruto da árvore

(Cont. na pág. 4)

MONTRA DAS LIVRARIAS

♦ *Edições Itinerário*, do Porto, iniciaram a sua actividade com a publicação do volume «Que é o homem?» — colectânea de estudos focando o ser humano nas suas dimensões fundamentais, da autoria da notável equipa de escritores com que conta o Centro Católico dos Intelectuais Franceses. Colaboram neste volume filósofos e teólogos, sociólogos e economistas, sacerdotes, médicos, professores, num total de vinte e quatro destacadas figuras do moderno pensamento católico. Boa tradução portuguesa do dr. Marques Mendes.

♦ *Livros do Brasil* ofereceu-nos «O lobo milagreiro», de Raymond Léopold Bruckberger, em tradução de Jorge de Sena. Deliciosa pequena parábola, repassada de franciscanismo, sobre o heroísmo ignorado dos humildes.

♦ Apresentada ao público português pela Editora Educação Nacional, do Porto, chega-nos a obra do teólogo alemão Augusto Adam, irmão do conhecido Karl Adam, sobre «O primado do amor (Investigação sobre a integração da moral sexual na ordem ética)». Livro de alta qualidade científica, acerca do qual se pôde escrever, numa publicação alemã de estudos teológicos: «Bem elaborada visão de conjunto de problemas éticos que, sem diminuir o significado do sexto mandamento, assinala à sexualidade o seu verdadeiro valor e lugar, e assim reajusta numerosos conceitos desacertados».

♦ *Editorial Aster*, de Lisboa, abriu a sua nova colecção «Grandes Biografias», com a tradução de dois excelentes volumes: «Augusto», de John Buchan, e «Beethoven», de Emil Ludwig.

♦ Mais leves, mas sempre muito úteis, são os livros de Fulton Sheen, que as nossas editoras continuam a traduzir. Assinalamos os mais recentemente publicados: «Os problemas da vida», da Livraria Figueirinhas, e «A vida faz pensar», da Livraria Educação Nacional.

GERAD MANLEY HOPKINS

apresentação seguida de tres poemas

Após uma longa abstinência de criação poética, que durou sete anos, um jovem converso, noviço da Companhia de Jesus na Província de Inglaterra, escreveu uma ode sobre a morte de 5 freiras alemãs, quando do naufrágio do barco que as levava a caminho do exílio.

Foi no inverno de 1875. E esta data viu nascer, para a poesia inglesa, o primeiro dos «modernos» e o seu mais notável poeta religioso. Estava-se na «era vitoriana».

Só 30 anos após a sua morte foi a sua obra revelada ao público.

Ela é a expressão de quem, ao formular os seus votos de pobreza, castidade e obediência perpétuas; ao despir-se de tudo que é mundanal, se vota, inteiro, ao serviço de Deus e à glorificação da Sua obra.

É, a par, é a confissão de quem, atento ao seu drama íntimo, onde se adivinha o pavor da solidão absoluta e terrível («sonetos terríveis» «escritos» com «sangue», disse o poeta das suas composições de 1885) — atento à angústia de quem viveu a «noite escura da alma» de que nos fala S. João da Cruz, teme não a poder transpôr e ver assim frustrada a infável união com Aquele que invoca logo no início da sua Ode sobre o «Naufrágio do Deutschland».

Thou mastering me God!
giver of breath and bread.
J. M. G.

GOD'S GRANDEUR

O mundo está carregado
com a grandesa de Deus.
Flameja ela como cintila de
vibrátil florete;

Concentra-se em grandesa
como azeite prensado.
Gerações passaram, passa-
ram...

E tudo, aviltado pela mercância,
turbado, ensebado
pela labuta,

Traz a sujidade humanal e
partilha do humanal odor:
O solo, árido agora, nem o pé
o sente, por ser calçado.
E com tudo isto, não se esgota
a natureza:

Preciosa frescura nela habita,
fundo nas coisas,
E, extinta embora a luz derradeira
do negro Ocidente,

Oh, manhã, na parda margem
oriental rompes,
Porque o Espírito Santo o
redondo mundo
Incuba ao cáldo seio e suas,
ah! rútilas asas.

I WAKE AND FEEL THE FELL OF DARK, NOT DAY

Desperto e palpo a pelagem
da treva, não o dia.
Que horas, oh, que negras
horas passámos
Esta noite! Que vistas, tu,
coração, viste; sendas tri-
lhaste!

E mais a virem, em maior
ainda demora de luz.
Em verdade o digo, mas, ao
dizer

Horas são, vida é. E o meu
lamento

São gritos inúmeros, gritos
iguais a mortas cartas envia-
das

A quem mais amo e viço, ai
de mim!, longe.

Sou fel, azia sou. De Deus a
inescrutável lei,

Amargo me fez o gosto: o
meu sabor era eu!

Ossos em mim, de carnes cobertos,
sangue razando a
praga,
Fermento do próprio espiri-

to uma insulsa massa azeda.
Vejo assim os perdidos, e o
seu látego serem,
Como eu o meu, em suores,
eles próprios; mas piores.

CARRION COMFORT

Não, não me irei, consolo da
podridão, Desespero, não,
banquetear em ti,
Nem desenlaço, lasso embo-
ra, este último laço do ho-
mem

Em mim, ou, no auge do
cansaço, gritar, «mais não
posso»

Posso: posso alguma coisa
— esperar, desejar venha
dia, não escolher não ser,
Mas, ah! mas, óh tu, terri-
vel, por que espesinhar-me
O teu pé direito capaz de
destruir o mundo?

Posar em mim uma leonina
garra? prescrutar
Com tenebroso olhar devo-
rador meus ossos moídos? e
varrer

Oh, a golpes de vendaval, eu,
ali prostado; eu frenético
por te evitar e fugir?
Porquê? Para que o joio voe:
o meu grão fique, limpo e
claro.

Nunca em toda esta labuta,
esse tumulto, desde que (pa-
rece) beije o açoite

Ou antes, a mão — meu co-
ração, olhai! — sorveu força,
furtou alegria, quiz rir,
aplaudir,

Mas aplaudir, quem? O he-
rói cujo celestes punho me
côncito pé me puniu?

Ou ex que o combati? Oh,
qual dos dois? Os dois?

Nessa noite, nesse ano
Nessa treva ora finda, eu,
miserável, jazia lutando com
(meu Deus!) o meu Deus.

NOTA DE J. M. G.

TRADUÇÕES DE T. K.



Fotografia de rodagem de «O Pintor e a Cidade», em que figuram Manuel de Oliveira (com a câmara), o seu assistente Lopes Fernandes e o pintor António Cruz.

A PROPÓSITO DE «O PINTOR E A CIDADE»

Conversa com Manoel de Oliveira

Com o lançamento do novo filme de Manoel de Oliveira, reencontrámos uma esperança no cinema nacional. Por tal motivo, nos dirigimos a ele, para trocar impressões acerca de alguns problemas que preocupam os que creem na possibilidade de um cinema português.

De um vivo diálogo e com uma intervenção de Lopes Fernandes, seu assistente naquele filme, resultou um ambiente em que essa troca de impressões veio naturalmente.

— «O Pintor e a Cidade» exige do espectador um espírito crítico que habitualmente não é pedido para o documentário, como é evidente. Parece-lhe que o seu filme está sendo bem interpretado pela crítica e pelo público?

— Justamente por essa razão me parece que foi bem interpretado, uma vez que, de um modo geral, o aceitam com agrado: alguns irão por imagens agradáveis de uma cidade que lhes é familiar; outros, pelo contrário, por aquilo que lhes poderá ter revelado de típico — característico de uma cidade com uma fisionomia tão vincada, como a do Porto.

Não creio que o público goste de um filme sem compreender alguma coisa. Pelo conjunto da crítica, vejo terem sentido os pontos essenciais do filme, o que para mim é uma consolação muito grande.

— Poderemos considerar «O Pintor e a Cidade» como prenúncio de uma actividade mais continuada?

— Naturalmente. Sempre considerarei e considero «O Pintor e a Cidade» como um ensaio, um ponto de partida. Ele representa para mim, sobretudo, um degrau para futuros trabalhos.

— Começa a sentir-se em vários campos da actividade cultural portuguesa uma tendência para a consciencialização.

A produção cinematográfica não tem acompanhado esse movimento. Poderemos esperar, num futuro próximo, um renascer do cinema nacional?

— Suponho que sim. A produção cinematográfica não tem, de facto, acompanhado esse movimento, mas passará a acompanhá-lo num futuro próximo. Ela tem de lhe responder, mais tarde ou mais cedo. É, pelo menos, essa a nossa melhor esperança. Já em tempos houve uma tentativa de cinema nacional que não vingou — os tempos heróicos do cinema português. Hoje, este movimento de consciencialização exige-a de novo e esta exigência é a garantia de um cinema português autêntico.

— Parece-lhe que os cineclubes preenchem a finalidade de criar essa consciencialização no público?

— Os cineclubes, pelo menos, iniciaram-na.

— Que outros meios poderiam completar essa acção?

— O jornalismo, a crítica e ainda a própria produção, encaminhada no bom sentido, são indispensáveis. As entidades superiores não poderão, nem deverão, ficar indiferentes a esta necessidade.

— Sendo a sociedade portuguesa considerada como predominantemente católica, como deveria reflectir-se este facto na orientação dos cineclubes e na realização filmica?

— Como nos cineclubes a admissão livre, sendo a predominância católica ela transparecerá naturalmente. Julgo, no entanto, que a orientação dos cineclubes deverá conservar-se alheia às tendências políticas ou religiosas dos seus associados. Por outro lado numa produção caracteristicamente nacional, os assuntos abordados conterão as predominantes do povo que revelam.

A. F. F. C. H. P.

SÍNTESE SOBRE A EVOLUÇÃO DA MÚSICA

por Luís de Sousa Costa

A música começou por ser monódica, isto é, apenas se admitia uma linha sonora sem interposição de outras vozes. Há uma certa rigidez nisto, mas há também o sentido de um valor que era preciso preservar de corrupção — o som. A Polifonia trouxe uma ideia bastante infantil, a de ver o que acontecia quando se misturavam sons; mas, logo que os adultos se apoderaram dela, fizeram um brinquedo perigoso. É que as crianças sabiam gostar dos elementos misturados, ao passo que os adultos preferiram apenas a mistura.

Foi o filósofo Scott Erigena (séc. IX) que primeiro nos mencionou uma música a várias partes. Lógica e cronologicamente a primeira forma polifónica (organum), era constituída por uma me-

lodia movendo-se sobre um som fixo. O discantus (que se lhe seguiu), distinguia-se do organum pelo uso do momento contrário, segundo o qual, «quando o cantus firmus sobe o organum desce e vice-versa» etc.. O fabordão de que nos fala Guilherme Monachus do século XIV, caracterizava-se: primeiro, pela contraposição de dois sons simultâneos ao cantus firmus; segundo, pela introdução do movimento paralelo, no qual as vozes discantantes seguiam o movimento do cantus firmus, mantendo as distâncias rigorosamente estabelecidas (intervalos de terceira e de sexta).

Chamemos a esta fase primeira infância da polifonia, por causa da frescura que nela se encontra, por causa do jogo e do uso das certezas

adquiridas, que, se por um lado immobilizaram certas impaciências da técnica, (rigor de intervalos), se explicam, por outro, pela alegria de possuir e de gozar uma coisa achada.

Os valores da harmonia (sistema de formação e encaadamento de acordes ou sons simultâneos), encontram-se em Bach e sobretudo em Mozart, ainda bastante libertos da sua densidade por uma vocação contrapontística.

Sente-se aqui a independência relativa das vozes e a rima acórdica serve como pontuação tonal do discurso. Porém, se isto enriquece o mesmo discurso com um sentido de perspectiva e profundidade, empobrece-o por

(Continua na pág. 5)

Responsabilidade Cívica do Universitário

(Continuação)

a realização dos fins da Universidade — e por isso é legítima e necessária toda a actividade estudantil tendente a melhorar, por exemplo, as condições escolares, os horários, os regimes de examinar, as condições de vida alimentar, desportiva, cultural, etc..

Parece-me, mais, que este exercício da virtude cívica na célula social que é a Universidade, é uma excelente e insubstituível escola de aprendizagem do civismo que será pedido ao diplomado.

Pôr-se ao serviço dos interesses de todos, não se importar de ser «queimado» na defesa de princípios fundamentais, ser coerente nos compromissos assumidos para com a instituição, aprender a trabalhar em equipa em esferas que transcendem a neutralidade ideológica das equações diferenciais e da Termodinâmica, adquirir a maleabilidade necessária para poder ser benevolente e compreensivo para com todos os mediocres e apáticos e ao mesmo tempo ser furiosamente intransigente com a mediocridade e a apatia — são algumas atitudes fundamentais que só um longo treino pode fornecer. Daí a importância que em todos os países se dá a este aspecto da formação universitária. São conhecidos de todos as sessões que periodicamente se realizam em Oxford sobre temas de actualidade universitária ou social e cujo principal objectivo é justamente a preparação dos estudantes para o exercício de autênticas virtudes cívicas. Actividades semelhantes se realizam nas jovens Universidades africanas. Aí se aprendem os princípios elementares do civismo pelo treino na objectividade das discussões, na justeza dos argumentos, na atitude desportiva perante a derrota, na observância das regras que norteiam a discussão.

Mas o universitário não vive isolado na e para a vida da Universidade. Ele é também cidadão duma sociedade que, englobando a Universidade, a ultrapassa.

Para além da Universidade ele será também cidadão, mas cidadão universitário. O seu lugar na família, na freguesia, na cidade, no País tem uma tonalidade particular que lhe vem da vocação própria.

Antes de mais, ele tem de estar presente nas estruturas sociais de que naturalmente faz parte. Cabe-lhe, juntamente com os outros homens, edificar o bem — comum. Mas porque universitário, é-lhe pedida uma assimilação e uma elabora-

ção pela inteligência de todos os dados afim de que a solução verdadeira seja encontrada. E porque é jovem é-lhe pedido o entusiasmo, o gosto do novo e do risco, a loucura de fazer coisas para além do bom-senso. É que só com esses elementos se constrói a cidade nova. Geometria, pedras e leis, tudo isso é fácil de encontrar. Só não é fácil de descobrir o coração em que tudo isso, sem perder o rigor e a substância, se transforme em vida autêntica.

Por isso o universitário cheio de coragem que a juventude e a vida intelectual trazem consigo, tem uma função de inestimável valor a desempenhar.

O contacto individual ou de movimento de estudantes com jovens de outros meios sociais, e em particular, com operários, é uma faceta importante dessa construção do bem comum.

O mundo que o universitário pretende abarcar só com a sua inteligência é um mundo irreal, porque é incompleto. Se o deve pensar na sua inteligência, deve alargá-lo ao concreto quotidiano.

A maior parte dos estudantes vive isolada dos outros meios sociais. A sociedade actual aum... isolamento criando condições de vida universitária que acentuam ainda mais as fronteiras que separam os universitários do resto da comunidade.

É claro que a sociedade ao criar estas condições não o faz com esta intenção mas procura, antes, a maior valorização profissional do estudante, rodeando-o de um ambiente propício ao estudo. Mas o que é indispensável é ter em conta essa necessidade inadiável de contacto do estudante com as outras esferas da vida social. E nesse sentido ao estudarem-se planos de cidades universitárias e ao estabelecer-se uma orgânica de vida universitária, não pode deixar de considerar a necessidade de não isolar o estudante. Cabe aos próprios universitários a descoberta de soluções que tornem possível e natural esse contacto. Tomando o civismo no sentido restrito de sentimento ou actividade política, também aí o estudante tem um vasto campo de formação e de acção. É evidente que numa Universidade ideal e numa sociedade ideal, o estudante teria que preocupar-se quase exclusivamente com a sua preparação em todos os sectores da vida humana e também no sector da formação política. Mas nas condições actuais o estudante tem de se comprometer quase sempre na acção. Até porque a

velocidade com que a fisionomia política varia exige uma aprendizagem concreta.

Em muitos países tal actividade política será inevitavelmente ligada à actividade dum partido político, caso da Alemanha, por exemplo. Mas isso só em um mal quando os interesses do grupo se sobrepõem aos do bem-comum. Em muitos casos a actividade política envolve tantos problemas fundamentais que os estudantes, e em particular, os católicos não podem deixar de nela participarem. É o caso de quase todos os países da América Latina onde a instabilidade política atinge sempre rudemente a Universidade, muitas vezes responsável pelo próprio desenrolar dos acontecimentos. Aí a falta de maturidade política da maioria da população conduzindo à ditadura de força e portanto à violação dos direitos do homem exige uma atitude já profundamente comprometida dos estudantes. E não é raro que os dirigentes dos movimentos estudantis latino-americanos tenham no seu activo alguns dias ou alguns meses de prisão por actividades políticas... O que se passou e o que se está passando recentemente no Euzerri é um impressionante caso limite de compromisso cívico.

Os estudantes são ainda, na sociedade «instalada» que é a nossa, o posto avançado dos supremos direitos da pessoa humana. A acção que os estudantes desenvolvem pode avolumar-se como uma avalanche. Mas importa que os estudantes saibam o que querem e para onde vão. E para isso têm de se preparar e se debruçarem seriamente e não como panfletários sobre as necessidades da sociedade em que vivem.

A construção da cidade nova exige uma profunda incarnação no momento histórico. Isto significa que é indispensável o conhecimento e a reflexão sobre o passado de modo a permitir fixar a posição que ocupam os povos na sua evolução político-social.

E para além disso, é precisa uma inteligência do próprio fenómeno político-social tal como ele se põe no momento presente, na múltipla conexão das realidades complexas que o integram.

Uma pergunta poderá pôr-se ainda: onde termina o dever cívico? Quais os seus limites?

Na verdade, tão uno como a justiça de que deriva, tão lato como a caridade que lhe dá o sentido último, o dever cívico não tem limites de tempo nem de espaço. Porque a justiça se estende

a todo o universo criado e «o amor não conhece fronteiras».

A cidade não se restringe à freguesia ou à Nação. Para lá desta unidade geográfica, cultural e económica que é o país, outros homens esperam de nós que os ajudemos a viverem melhor, que lhes demos da nossa experiência, do nosso saber, da nossa vida, para que eles possam viver, também, do bem comum.

O sentimento de pertencer a uma comunidade supranacional radica assim na autêntica consciência cívica. Traduz-se fundamentalmente nessa fraternidade real com todos os homens que leva, na vida individual, a fazer de cada encontro com estrangeiros, uma ocasião de enriquecimento humano, e a estabelecer um diálogo que põe em jogo os melhores valores culturais em confronto.

Mas traduz-se também no esforço inteligente para dar às estruturas internacionais o vigor que lhes é necessário também do bem — comum. — comum mundial.

Não precisamos de ter lido muito para sabermos como esse bem-comum está hoje tão vitalmente atingido: condições deficientes de salvaguarda da paz internacional que os ditadores, os vaidosos ou os loucos podem radicalmente comprometer; esmagamento de minorias étnicas pela força de grandes potências; ausência da liberdade mínima em numerosos países — um terço da humanidade vive sob o regime comunista; desequilíbrio alucinante de riquezas — 20 milhões de chineses morrem de fome por ano enquanto na Argentina se deitam toneladas de trigo ao mar, que chegavam para os alimentar; escravatura de seres humanos revestindo as formas mais degradantes do vício — em cada ano milhares de mulheres e crianças são vendidas duns continentes para outros; ausência dum mínimo de desenvolvimento cultural em grandes camadas populacionais — em África mais de 70% da população é analfabeta... Estes são apenas alguns índices dos sectores em que o bem-comum tem de ser construído por todos.

Quando sentimos como nossos os problemas dos outros povos, quando lhes admiramos e respeitamos os valores culturais próprios, quando tivermos deixado atrás de nós o apego às nossas coisas não porque eventualmente são boas mas porque são nossas, quando tivermos presentes na nossa vida de todos os dias aqueles que lutam e sofrem e amam como nós, quando o bem-comum dos outros povos nos puser perante a legitimidade de muitos dos nossos direitos, quando sentirmos tão forte a necessidade de contribuirmos concretamente e eficazmente para o bem de todos os homens, como o sentimos em relação àqueles que nos rodeiam, então a nossa consciência cívica alargou-se verdadeiramente às dimensões do mundo.

(Continuação)

bolística e fadística filosofia nacional. Eis, portanto, o que é preciso: uma filosofia nacional, mas pura, castiça e saudosamente nacional. Uma filosofia com religião católica e uma certa feição escolástica (e esotérica e misteriosa e poética e oratória e mais não sei quê).

Pois bem: Estamos todos empenhados (pois não estamos?) em fazê-la. E, como afanosas abelhas, vamos acumulando o nosso esforço. Não podemos convidar personalidades destacadas desse movimento para dar aos leitores o testemunho desta grande empresa. É claro que esses ilustres senhores não viriam, porque é preciso entender uma série de coisas de Hegel, de ocultismo, de oceanografia (saber concretamente o que pertence ao Mediterrâneo e ao Atlântico, dum lado, ao Cáspio e ao mar Negro por outro), comunicação de espíritos, etc.. De modo que, nas páginas do nosso jornal, nada disso poderá aparecer. Mas vai surgir afinal, esta leve, esta barbeada e alacre satisfação jucista: não virem o bico ao prego, porque na Faculdade de Letras de Lisboa não existe, nem sombras nem espectros, da Summa Theológica. Oh, sim, o Doutor Angélico...

Afinal, é esta a causa deste artigo. É claro que a Summa Theológica não pode desempenhar papel algum neste ecuménico movimento da fundação da filosofia nacional; é claro que (oh disparate!), como remédio contra o tal bicharoco estranho que os tais assustados senhores receiam, ainda muito menos. Portanto ela é hoje, aqui, estupidamente inútil. Fica muito bem como manual de beatice e de jesuitismo. É magnífico ver os jornais das esquerdas, do centro e das direitas dizerem: Pff... São Tomás. Para quê, São Tomás?

Oh, meu senhores, não virem o bico ao prego e não tenham medo. Até porque, que diabo, se a gente desata de bufar aí coisas...

M. S. L.

SOBRE A ESPERANÇA

(Continuação)

da ciência do bem e do mal: o sofrimento das coisas de que nós abusámos e até de nós mesmos, porque o fizemos.

A bondade da Criação entra no círculo da Santa Esperança. Todas as coisas criadas proclamam que Deus permanece fiel às Suas promessas e levam-me a esquecer-me por bem meu e delas, levam-me a viver na Esperança — a alegre ansiedade do Julgamento e da Ressurreição final.

Todo o ascetismo que não decorre inteiramente desta divina promessa, nem chega mesmo a ser cristão.

SÍNTESE SOBRE A EVOLUÇÃO DA MÚSICA

(Continuação)

outro, pela limitação melódica imposta pela atracção da tónica. Esta é uma segunda infância polifónica, mais consciente e construída e ainda de prevalente estruturação horizontal.

Em Beethoven (terceira infância), encontram-se já com nitidez os germes dum desvio que marca a decadência. São sobretudo três êrros que aqui se desenham ou se prolongam: o primeiro diz respeito à música descritiva; o segundo à intenção filosófica e dramática da obra; o terceiro, a uma tendência harmónica totalitária.

A Música descritiva (por exemplo o canto dos pássaros feito com instrumentos de sopro numa tessitura aguda), explica-se e tem validade num processo de assimilação e desassimilação das imagens auditivas (Beethoven era um génio e imita pássaros como Vermeer imita interiores de casa), mas na desassimilação que é a obra de arte, há um corte de relações com o imediato, que entra como estímulo ou causa formal, mas nunca como fim.

Esta intenção de ligar o elemento sonoro a sentidos ou imagens concretas, violentando a psicologia dos consumidores através de motivos convencionais (chama-se motivo um desenho melódico ou rítmico, formando um todo caracterizável), tem na base uma confusão entre duas manifestações do elemento sonoro: o som musical e a palavra. Julgou-se que a independência que a música precisava manter em relação à poesia (elas foram siamesas durante séculos), se conseguia dizendo com aquela o que esta podia dizer. Isto deu origem ao flagelo da música programática (música poética ou prosaicamente descrita em programas), o que foi precisamente a negação da tal independência.

O elemento dramático e psicológico começa a importar em música, quando o homem deixa de compreender a arte como o enriquecimento de uma matéria pela sua inteligência para passar a considerá-la um meio de transcrever as suas paixões e o mecanismo da sua sensibilidade. Diz Jaques Maritain (Art et Scholastique): «Sans doute elle (a música) a ceci de propre que signifiant avec ses rythmes et ses sons les mouvements mêmes de l'âme, — cantare amanti est — elle produit, en produisant l'émotion, précisément ce qu'elle signifie. Mais cette production n'est pas son but, non plus qu'une représentation ou une description des émotions. Les émotions qu'elle rend présentes à l'âme par des sons et par des rythmes, sont la nature avec laquelle elle doit nous

donner la joie sentie d'une forme spirituelle, d'une ordre transcendent, de la clarté de l'être».

O terceiro desvio está ligado aos primeiros e é deles uma consequência técnica. Se a música tendia para uma descrição das coisas e dos homens e estes se agigantavam, agigantando os seus problemas e o seu desespero, era forçoso que o drama que aparecesse descritivamente, aparecesse também tão complicado como os problemas e o desespero.

Entre parêntesis, o canto gregoriano é por excelência a música sem sobresalto e, mesmo ao pecado que é o princípio de todas as intensidades dramáticas, ele responde com as Palavras de Jesus: «Nem só do pão vive o homem, mas também da Palavra de Deus». E diz isto a cantar com todas as razões para continuar sem sobresalto. Mas o mesmo espírito que pedia a Cristo para transformar pedras em pão, pede à música para se transformar em prosa. E a mesma razão que levou Cristo a negar às pedras o privilégio de serem pão faz que os sons apenas se transformem em Música e esta em Alegria e a Alegria em Santidade e esta na vida eterna.

Todas as descobertas no plano da harmonia são muito importantes e úteis, mas só na medida em que deixam uma margem para a liberdade dos sons. O puro efeito de ruído, produzido por quinhentos instrumentos tocando notas arbitrárias ou não, mas neutralizando a maior parte delas, é uma concepção demasiado totalitária dos sons, cujo fim é emocionar as massas mantendo segredo sobre o verdadeiro conhecimento deles.

Estes desvios de que falámos deram, em História da Música, ocasião a uma adolescência e hoje a uma ideia adulta, cujo mérito será precisamente escolher, decidir-se.

A adolescência romântica, que cultivou o gosto das lágrimas pelo gosto delas, mais do que pela razão para elas, levou a extremos a ideia paisagista em música. Chopin, por exemplo, que ainda hoje é o grande mito na cultura musical de certos conservatórios nacionais, gastou grande parte do seu enorme talento fazendo chorar. Todavia, e está aqui o segundo mal, fê-lo sobretudo com a mão direita (referimo-nos a certas peças para piano de Chopin), com melodias ternas e saborosas, mas que deixavam os acompanhamentos, geralmente feitos com a mão esquerda, entregues a virtuosismos musicalmente pobres. Salientava assim o crescente abandono da igualdade dos

A primeira vez que vi Pai Américo foi em Coimbra, há uns bons quinze anos. Famos a caminho de Miranda do Corvo, com destino à Casa do Gaiato. Sua imagem impressionara-me. Alto, forte, ainda jovem, capa e batina. Fiquei admirado. Tinha eu doze anos. Chegara do Alentejo, planície imensa, onde o padre é esquecido, ignorado. Depois de carícias, fez-me muitas perguntas. Uma data delas. Com o rodar dos tempos vim a saber porquê. Gostava de conhecer a nossa história. Todo o rapaz que chega a nossas casas tem a sua. Na maioria quão dolorosa! Quem se der ao cuidado de ler as páginas formosas do nosso «Gaiato» depara a cada passo com muitas. Mais; durante a sua vida de Padre da Rua e sobretudo no começo da Obra, a história do abandonado fora o assunto, o tema de homílias e palestras. Como sabia tocar a ferida! Pôr corações em brasa!

Os caminhos de Pai Américo até Miranda do Corvo, a Nazaré da Obra da Rua, foram cheios de contradições. Contradições do Evangelho. Primeiro, África. Por lá andou anos. Larga o mundo dos negócios, porque sente o problema da vocação. Vai para Tuy. Bate ao convento franciscano. Passados tempos sai. Quer ser padre. Portas lhe fecharam, mas o Seminário de Coimbra abriu-as. Estudos terminados, dedica-se aos pobres de Coimbra. A garotada das tocas ferre-lhe o coração. Funda colónias de férias. Daqui às férias do Gaiato foi um salto.

Se de Miranda ao Calvário de Beire — o último rebento — o mundo pasma de como foi possível tanto erguer e tanto revolucionar, as saudades de pai incógnito na sua vida de Coimbra jamais lhe pereceram na memória. Vezes sem conta sentira desejos de tornar. Por via do turbilhão. Um fenómeno a que não podia fugir dada a cada vez maior projecção da Obra. Desde sempre notei esta sua grande virtude — fugir. Fugir do mundo; da multidão. Enquanto o vulgo procura a celebridade, a popularidade, ele fugia. Se em festas, se em palestras, se em peditórios, no fim procurava escapar-se. Porém, quanto mais, mais a multidão engrossava.

Um Carismado nunca sa-

sons, compensando-o com uma ciência de trabalhos manuais.

O impressionismo debussista, na sua sede de ambiência, enchia as partituras de anotações poéticas. Todas as inovações de Debussy no plano apenas musical, comprometiam-se um pouco com a mistura. Notemos o emprego de alguns modos gregorianos, que, sem facciosismo, parecem ter chegado a propósito. Nós pensamos que a modalidade e a rítmica gregorianas entendidas em termos de polifonia, pode-

MEMÓRIA DO PADRE AMÉRICO

por JÚLIO MENDES,

gaiato da Obra da Rua

be como e aonde chega. É um Assombrado. Os Apóstolos da Ressureição caíram por terra, tal a Luz que vinha da Luz! Pai Américo jamais traçara planos. As obras surgiram com o andar dos tempos. Uma puxa outra e outra e outra, conforme as lições da «tarimba». Nasceram intuitivamente. Sem visitas de estudo, nem cálculos, nem nada a que o mundo anda habituado. E a razão e o crescimento das obras nascentes, saibam todos, reside na sua entrega total e sem limites ao Santíssimo Nome de Jesus.

Após fundar Miranda, surge a «aldeia» de Paço de Sousa, um conjunto de doze edifícios. A Casa do Gaiato de Lisboa. A de Setúbal. A de Beire (Paredes). Os Lares. Lares de trabalho — escoadouro das casas de formação: em Lisboa, Porto e Coimbra. O Património dos Pobres — uma casa para cada família pobre. Obra tão falada. Tão espalhada. O Calvário — o último rebento, digo — para doentes incuráveis. Tudo sonhado e construído num jacto! Quê, melhor que as obras, fala do Pai Américo? Elas incarnam a bondade sem limites do seu coração de sacerdote e são a presença viva e constante a perdurar pelos tempos fora a sua santa memória.

Senhores: tanta coisa para dizer de Pai Américo e, praticamente, disse nada! É que a inesperada separação permaneceu, ainda, viva em nossos corações. Parecerá, também, fácil, mas realmente é mui difícil traçar o perfil de um Homem, cuja complexidade — temperamento e obras — não chega um livro, nem livros, para os analisar. Digo isto com toda a sinceridade, porque tenho a minha alma e o meu coração cheios de que vi e ouvi. Foram anos de companhia diária. Quantas vezes exultámos e chorámos, com vitórias e derrotas! Sinto-me feliz por Deus me ter dado a oportunidade de ter sido «filho» do Pai dos maltrapilhos e procurador geral dos Pobres de Portugal

— dois títulos de que tanto se orgulha. Sim, foi algo mais que o comum dos mortais. O seu caminho, traçado por Deus e iluminado pelo Espírito Santo. Fora um iluminado!

Para terminar quero ilustrar esta resenha com um episódio, entre outros, que guardo religiosamente no meu peito:

Foi na Beira. Cidade da Beira. A quando da nossa viagem a África em 1952. Era uma praça larga. Prédios modernos. Uns construídos, outros em construção. Vida efervescente. Calor de criar suor. Um mundo policromo. Cores e credos. Ao longe, uma data de táxis. De repente, um vulto desencanta-se de um deles e grita: «É Ele!». E corre. Corre ao nosso encontro. Cai nos braços de Pai Américo. E chora. O homem chora convulsivamente.

— Quem é você?!

As lágrimas, os soluços, a comoção embargam-lhe a voz. Pai Américo comove-se, também. Há uma pausa. Ficamos os três suspensos, por instantes. Os dois tomam fôlego. Serenamos.

— Sou fulano. Não se recorda de mim, de Coimbra?

— Não!

— Trabalhava na Garagem X e era a mim que encarregava de pedir dinheiro emprestado ao meu patrão para ir a Miranda!

— Já sei quem és! Oh tempos!...

Mais um abraço. Mais recomendações. Mais saudades para Portugal: «Quando chegar a Coimbra dê beijos, muitos beijos à minha velhinha».

Virámos costas, mal feitos da comoção sofrida. Pai Américo pousa-me a mão no ombro e desata: «Oh rapaz, como eu comecei! Pedir dinheiro emprestado para ir, de combóio, a Miranda! Como eu comecei! Agora temos tudo: automóveis, furgoneta! Foi preciso amargar, mas amargá-las bem, para agora gozarmos da abundância».

Júlio Mendes

rão ter um grande lugar numa renovação e numa nova escolha de valores.

Chegámos à maioridade. Estamos face-a-face com muitos e históricos programas de técnica e de filosofia da música. Falta escolher. Presentemente são: o dodecafonismo (sistema atonal de construção por séries de doze tons de base cromática); o poli-cromatismo (emprego de intervalos menores que meio tom); o neo-classicismo (Strawinsky); o neo-romantismo; o neo-modalismo; o progressismo

(concepção musical folclórica e politicamente actual); o ecletismo; etc..

Podemos concluir que um génio pode fazer boa música (ou quase), mesmo com um processo muito imperfeito, mas é muito importante que um e outro se encontrem. Cremos que isso se fará, e pensamos sobretudo nos compositores cristãos, nos executantes cristãos e naqueles que ouvem música e também são cristãos.

Luis de Sousa Costa

SE houvesse pureza de alma e entusiasmo, se Portugal todo fosse ainda tão jovem como no tempo do Infante, Sagres teria tido o seu monumento.

ENCONTRO não vem defender "Mar Novo"; vem despedir-se. Esta quantidade de fotografias tem esse significado. A nossa juventude já tem saudades da juventude do "Mar Novo".

ENTREVISTAS

COM O

ARQUITECTO JOÃO ANDRESEN

— Qual a situação de um arquitecto actual diante de um trabalho desta grandeza?

— Mais do que propriamente a grandeza da obra em si, se atendermos ao seu volume, o que mais deve impressionar o arquitecto actual ou desactual é a grandeza que se pretende sublimar.

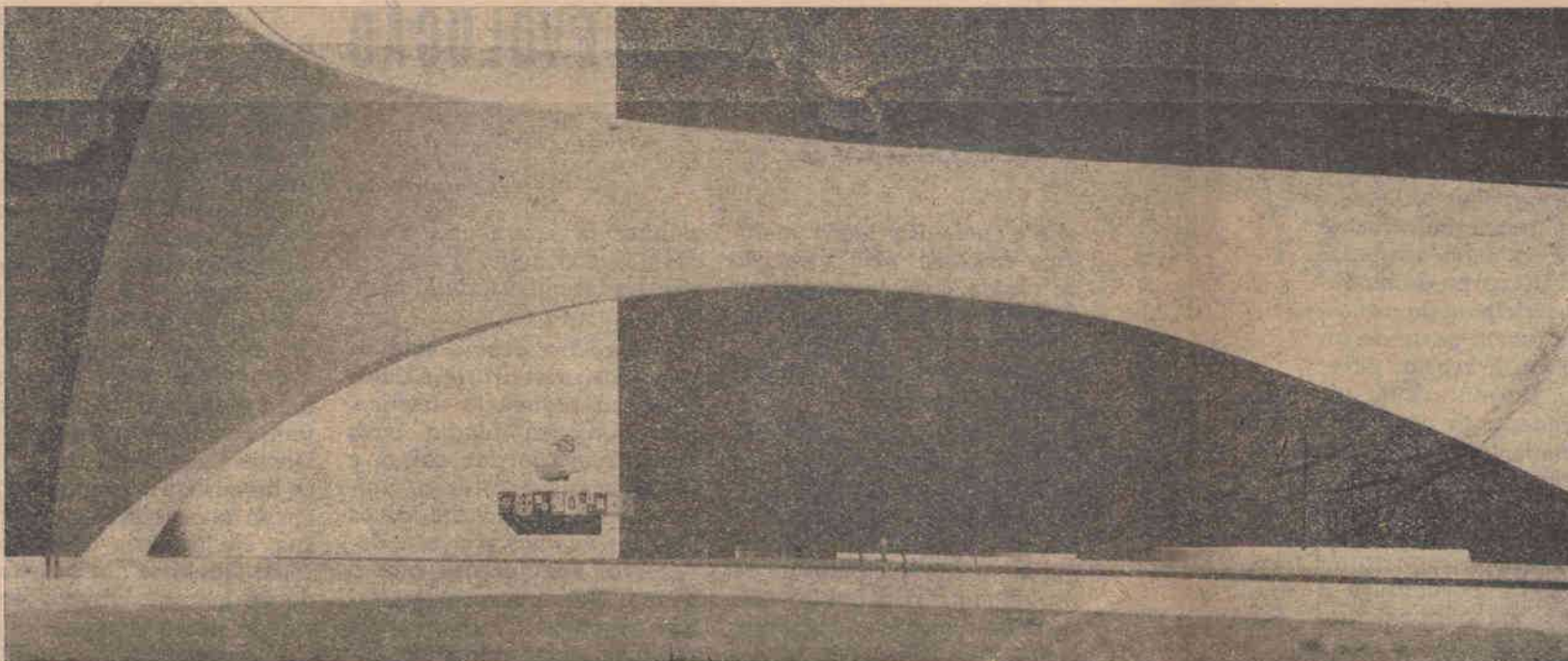
Com efeito, trabalhos desta natureza não são correntes, pelo que a preparação do Arquitecto tem incidido mais no sentido de fazer face aos mais variados e complexos problemas e programas, mais ou menos submetidos a exigências imperativas de ordem funcional e com um carácter de certo modo utilitário.

Neste caso, porém, é essencialmente uma pura questão de concepção artística que está em causa, abstractando os aspectos técnicos da obra, que são aliás muitos e complexos.

Só assim se pode compre-

ender que nunca um concurso público aberto entre Arquitectos em Portugal tivesse a concorrência deste, não só devido à beleza do tema em si, que particularmente a nós, portugueses, tanto diz, como pelo facto de se poder compreender que a realização de uma obra destas constituiria para a vida profissional dos seus autores um justo motivo de orgulho.

Como é que o arquitecto actual deve encarar o trabalho, no momento em que decidiu abalar-se a ele? Como o sentir! Julgo que não há outro processo de dar efectivamente uma colaboração desejada. Aliás, a vantagem do concurso público consiste precisamente em que cada um pode dar largas à sua imaginação e sensibilidade, sem discursos encomendados e sem a presença, tantas vezes incómoda e secante, do cliente, que tantas obras bem nascidas mata à nascença.



COM O

PINTOR JÚLIO RESENDE

— A decoração mural da cripta seria uma obra figurativa ou não-figurativa?

— O mural seria figurativo, mas nunca naturalista.

Insisto que não era minha intenção transformar esse muro num grande «écran» para nele projectar em cinemascópio um cortejo alegórico, embora isso agradasse a muito boa gente mas que infelizmente tem da Arte um conceito desastrado.

— No caso do Sagres, como pôs o problema a si próprio?

— Evidentemente que um monumento desta natureza põe-nos, não um, mas variados problemas — a sua concepção global, a colaboração das artes plásticas, o seu aspecto técnico, os seus variados detalhes, as verbas impostas, o seu carácter histórico, a reacção do público, a reacção do júri, a reacção do Governo, etc..

(Continua na pág. 8)

COM O

PINTOR JÚLIO RESENDE

— A decoração mural da cripta seria uma obra figurativa ou não-figurativa?

— O mural seria figurativo, mas nunca naturalista.

Insisto que não era minha intenção transformar esse muro num grande «écran» para nele projectar em cinemascópio um cortejo alegórico, embora isso agradasse a muito boa gente mas que infelizmente tem da Arte um conceito desastrado.

— No caso do Sagres, como pôs o problema a si próprio?

— Evidentemente que um monumento desta natureza põe-nos, não um, mas variados problemas — a sua concepção global, a colaboração das artes plásticas, o seu aspecto técnico, os seus variados detalhes, as verbas impostas, o seu carácter histórico, a reacção do público, a reacção do júri, a reacção do Governo, etc..

(Continua na pág. 8)

COM O

ESCULTOR BARATA FEYO

— Qual a situação do estátua do Infante na evolução da sua obra?

— Aquela que já tardava. E se me perguntar o que penso dessa mesma estátua a respeito da sua situação no panorama geral da nossa estatutária, responderei da mesma forma: aquela que já tardava.

— Que é que se pretendia alcançar no projecto com a estátua do Infante? a que requisitos devia atender?

— Naturalmente, pretendeu-se personificar numa grande peça de bronze a gigantesca figura do Infante, por ser o mesmo Infante a razão histórica, humana e patriótica principal na construção do monumento; por ser o fulcro, direi, até, o ponto brilhante da feliz ideia do Governo ao pensar erigi-lo; por ser o centro de toda a grande e bela composição

(Continua na pág. 8)

COM O

ESCULTOR BARATA FEYO

— Qual a situação do estátua do Infante na evolução da sua obra?

— Aquela que já tardava. E se me perguntar o que penso dessa mesma estátua a respeito da sua situação no panorama geral da nossa estatutária, responderei da mesma forma: aquela que já tardava.

— Que é que se pretendia alcançar no projecto com a estátua do Infante? a que requisitos devia atender?

— Naturalmente, pretendeu-se personificar numa grande peça de bronze a gigantesca figura do Infante, por ser o mesmo Infante a razão histórica, humana e patriótica principal na construção do monumento; por ser o fulcro, direi, até, o ponto brilhante da feliz ideia do Governo ao pensar erigi-lo; por ser o centro de toda a grande e bela composição

(Continua na pág. 8)

representar o céu e o mar usei dum simbolismo, como fizeram, afinal, os artistas de períodos recuados.

Além de razões de ordem estética, que considero inatacáveis, outras há, de ordem técnica, devido às quais a objectividade, o naturalismo, seria um absurdo.

Todos sabem que interpretar um tema, servindo-se, para o efeito, do mosaico, do vitral ou da tapeçaria, implica uma disciplina inerente a cada uma dessas técnicas.

(Continua na pág. 8)

COM O

ESCULTOR BARATA FEYO

— Qual a situação do estátua do Infante na evolução da sua obra?

— Aquela que já tardava. E se me perguntar o que penso dessa mesma estátua a respeito da sua situação no panorama geral da nossa estatutária, responderei da mesma forma: aquela que já tardava.

— Que é que se pretendia alcançar no projecto com a estátua do Infante? a que requisitos devia atender?

— Naturalmente, pretendeu-se personificar numa grande peça de bronze a gigantesca figura do Infante, por ser o mesmo Infante a razão histórica, humana e patriótica principal na construção do monumento; por ser o fulcro, direi, até, o ponto brilhante da feliz ideia do Governo ao pensar erigi-lo; por ser o centro de toda a grande e bela composição

— Que é que se pretendia alcançar no projecto com a estátua do Infante? a que requisitos devia atender?

(Continua na pág. 8)

Fernando Távora e Nuno Teotónio Pereira são dois dos mais novos e dos maiores arquitectos portugueses. Foi essa a razão que nos levou a pedir-lhes os seus depoimentos sobre «Mar Novo».

UMA NOVA DÍVIDA

Pelo Arq.º Nuno Teotónio Pereira

«Deus quer, o homem, sonha, a obra nasce».

Este, diz-nos Fernando Pessoa, (1) o mecanismo (talvez demasiado simples) que nos deu o mar novo do Infante; este, também, certamente, o que nos deu, 500 anos depois, o Mar Novo de João Andresen, Barata Feyo, Júlio Resende, Ferry Borges e Simões Coelho.

Já muito se falou de Mar Novo; muito se fala nestas páginas; mas muito mais se falará ainda. É que, para além das suas qualidades intrínsecas, esta obra tornou-se um símbolo. Sepultada nos armários e depósitos burocráticos dos arquivos oficiais, depois de uma discreta e breve exposição, ela permanecerá viva; e como tal, não fica apenas para a história da arte portuguesa deste meio do século: terá uma influência marcante — e não só como obra de arte: também como caso.

Condenada a não ver o céu, nem o mar, (para o que foi feita), ficará, mesmo assim, como afirmação da capacidade criadora deste nosso tempo — e simultaneamente como exemplo da incompreensão do Poder Público perante essa mesma capacidade.

Muitos foram os que voltaram emocionados da visita à fugaz exposição dos Jerónimos. É que a obra, acertadamente escolhida pelo júri, aparece quase como um milagre no panorama algo cinzento e monótono da nossa produção artística. No momento em que a arquitectura, ainda mal-ferida das grilhetas e das mutilações impostas e praticadas em nome de um mal-compreendido nacionalismo, procura, vacilante, firmar-se realmente no chão português — aparece uma obra sólida, serena e nobre: uma obra de maturidade. Não uma tentativa arrojadada, uma ideia genial e atrevida — mas uma obra séria, poderosa e nova. Realmente nova.

Como explicar isto? Não

o tentarei fazer. Mas há uma coisa que se sente estar por detrás do acontecimento: uma espécie de reduto, ou ilha, ou arca de Noé, onde se juntaram, há anos, alguns mestres que mantiveram aceso, com os alunos, um facto que todos os outros organismos oficiais ligados à criação artística deixaram apagar há muito. Essa coisa é a Escola de Belas Artes do Porto. O triunfo de Mar Novo é uma vitória para a Escola.

Não corresponde, portanto, à realidade, o que se disse na Assembleia Nacional sobre a incapacidade dos artistas portugueses: os artistas foram até além daquilo que se poderia esperar; a culpa pelo fracasso do concurso não lhes cabe.

«Deus quer, o homem sonha, a obra nasce». Afinal, em arquitectura, para mal ou para bem, isto não é tudo.

Em Mar Novo, à melhor ideia das que aparecem ao concurso juntou-se o melhor desenvolvimento e realização. Não é só aquela forma generosa e ampla que nos conquista: é o valor próprio de cada elemento e a sua ordenação ao conjunto, o estudo aprofundado dos problemas, o tratamento do menor — uma perfeita unidade de concepção e realização servida por uma linguagem viva, actual e carregada de poesia.

Todo o elemento é uma estrutura organizada, em que cada parte está integrada numa ordem plástica que tem ao mesmo tempo a frescura e a disciplina da ordem natural. Não se trata de uma ordem estática, assegurada por meios rígidos, como é o caso de tantos dos trabalhos aparecidos e até de alguns dos premiados: é uma ordem dinâmica em que as tensões dos elementos em presença estão em permanente equilíbrio.

É por este carácter orgânico, a um tempo livre e disciplinado, que o monumento

(Continua na pág. 8)

O TERREIRO DO PAÇO E O "MAR NOVO"

Pelo Eng.º Fernando Távora

O Terreiro do Paço... Ele representa toda uma Arquitectura que, em nosso entender, foi a última Arquitectura moderna que se realizou em Portugal «moderna» significa, para nós, sentida, autêntica, natural, realista).

Depois do Terreiro do Paço e das obras suas contemporâneas animadas do seu espírito, veio o dilúvio, uma gama infinita desde o «chale» suíço à casa à «antiga portuguesa», dilúvio que continua e continuará, porventura, ainda por bastante tempo. Tal fenómeno, aliás, não é apenas, português, mas universal e dele não são responsáveis apenas a, b, c, e mas todos, todos somos culpados pelo que aconteceu, acontece e acontecerá.



(Continua na pág. 8)

Não haverá "MAR NOVO,"

Neste caso, pensamos que ele tem essencialmente duas funções — perpetuar a memória do Infante de Sagres e dos seus colaboradores na «história de pasmar», e emocioná-los aqueles que a Sagres um dia forem parar para melhor ouvirem a grande história dos Portugueses, e melhor se compenetrarem do alcance da obra nascida em Sagres, cujos exemplos tão esquecidos são por vezes! (Se há algum lugar sagrado na nossa história, é Sagres, além de Guimarães. Mas achou-se agora que é muito longe!)

É claro que tínhamos de nos manifestar de forma a sermos entendidos. Entendidos por quem? Antes de mais ninguém, por vós, os novos, a quem quisemos levar uma mensagem de Juventude, de Confiança, e de Aventura, tirada da nossa História, que, mais do que ninguém, vós tendes ainda fresca na memória. Quize-mos que o Monumento que um dia nós sonhámos erguer em Sagres fosse vosso como é nosso. Não vos foi dada a palavra a vós, os novos,

mas sim ao velho do Restelo. Talvez ele tivesse razão... No entanto, nada pode para nós ser mais grato nesta hora do que sentir-vos ao nosso lado, apesar de tantas desilusões e de tão amarga vitória. Porém, a mais amarga de todas seria a que fosse conquistada sem a companhia da vossa compreensão pela mensagem que vos viemos trazer através do Mar Novo, um Mar de Esperança, um Mar que um Dia foi nosso, um Mar perdido...



deve muito da sua perfeita inserção no sítio.

O resto deve-o à criação de um espaço fortemente definido e rico, conseguido à custa de uma utilização profunda, inteligente e inventiva da 3. dimensão. Aqui, o monumento não aparece como uma obra insólita e arrogante de desafio. Em Mar Novo a forma insere-se na paisagem, como desejada, com uma dignidade que exclui o antagonismo — e afirma-se tanto mais poderosamente quanto dispõe de um elemento que a grande maioria dos concorrentes não utilizou: o espaço criado.

JÚLIO RESENDE ● (Continuação)

cas. Há como que uma adaptação através da qual se definem as características do mosaico, do vitral, da tapeçaria, etc. Quando isto deixa de ser observado, cai-se num erro, e a confirmá-lo está a história, pois segundo ela, os períodos de decadência da tapeçaria e do vitral, por exemplo, coincidem precisamente com aquelas épocas em que os artistas pretendiam imitar na tapeçaria e no vitral o quadro do cavalete.

O mosaico é constituído por pequenos cubos policromos, de que o artista se serve para representar as pessoas e as coisas e nunca para as imitar.

— Qual seria a extensão da obra?

— Previamos uma extensão decorada de 1.600 metros quadrados, devendo ficar a ser, se realizasse, uma das maiores decorações murais existentes no mundo. Como curiosidade, dir-lhe-ei que, a ser executado por uma só pessoa, não chegariam vinte anos para esse trabalho.

— Por que razão preferiu o mosaico como material?

— Em primeiro lugar, devido às suas qualidades de resistência, suficientemente demonstradas.

Em segundo lugar, por se tratar dum material que comungava perfeitamente com a expressão arquitectónica de todo o monumento.

Finalmente, por se entender que o mosaico, mercê do seu poder de fascinação, pela matéria e colorido, era, na

verdade, a técnica que melhor se ajustava à evocação tão esplendorosa do clima em que o português do século XV, insatisfeito com o tradicionalismo, indiferente aos Velhos do Restelo, tinha um pensamento a dominá-lo: ir para diante...

realização se apoia numa longa e aturada formação intelectual, artística e técnica superior. Superior pela noção mais elevada que o artista tenha do belo relativo e do belo absoluto; superior pela análise que tem de servir o mesmo artista para descobrir formas que justamente possam integrar-se na imobilidade patética e magestosa do universo plástico; superior na escolha que o artista consiga fazer dos factos e das pessoas e deles retenha os elementos essenciais de ordem plástica, dando-lhes perpetuidade; superior ainda pela formação humanista que o leve a encarar os seus semelhantes com a sabedoria, que o mesmo é dizer, com a docilidade necessária.

Em «Mar Novo» tudo foi posto no seu lugar. Nada foi deixado ao acaso sobre o Promontório.

Sei que o que disse acima é um pouco de *esperanto* para a maioria dos nossos compatriotas. Mas, por amor de Deus, não me dirão, que culpas tenho eu dessa ignorância?

O monumento enfrenta assim o mar e o céu, mas não se lhes opõe presumidamente: estabelece um diálogo, a que o seu dinamismo forte imprime eloquência.

Eloquência sem grandiloquência. E dinamismo sem agitação. Aqui está outra das virtudes desta obra singular.

Outra característica saliente é a existência de duas

(Continuação) ● BARATA FEYO

E o pior é que há muito mais a dizer.

Nos grandes conjuntos, por exemplo, as proporções devem ser inesperadas, devem representar descobertas, porque, de contrário, não passam de banalidades.

Isto e outras muitas coisas semelhantes, ignoram não só os tais compatriotas nossos, como também a maioria dos nossos artistas. E, posto isto, deixem-me fazer ponto final na matéria. Não estou com disposição para me alargar, neste lugar, em mais considerações.

Eu lecciono na Escola de Belas Artes do Porto.

(Continuação) ● UMA NOVA DÍVIDA

escalas que se sobrepõem sem se destruírem: uma escala tectónica e uma escala humana. A utilização conjugada de ambas permitiu alcançar a monumentalidade evitando o colossalismo e aguentar a presença de uma paisagem tão dominadora sem amesquinhar o homem.

Dissemos acima que Mar Novo é uma obra madura. De facto: não é o fruto de uma corrente ou de um movimento, mas contém em síntese a contribuição positiva que cada movimento trouxe à arquitectura moderna. Já apontámos o seu carácter orgânico — e no entanto não é uma obra organicista: igualmente é funcional, sem funcionalismo, e construtiva sem construtivismo. Traz uma mensagem, carrega um sentido — mas sem expressionismo.

Ficou para o fim aquilo que nos parece ser em Mar Novo a maior contribuição para a arte portuguesa: o modo como as obras de pintura e escultura fazem corpo com a arquitectura; aqui está um exemplo — certamente o primeiro entre nós — de perfeita e sólida integração. Integração (livre) e não sujeição (imposta).

A extraordinária qualidade de dessas obras (e, portanto, o nível igual do conjunto) era uma condição indispen-

sável — mas não a suficiente. E o fazer corpo não quer dizer colado ou fundido; quer dizer apenas ordenado. É ver como as esculturas de Barata Feio, bem afastadas por sinal do corpo do monumento, participam da sua dinâmica e fazem parte do todo como um braço faz parte do corpo. Da pintura de Júlio Resende, esta com uma função mais localizada, não pode dizer-se o mesmo, mas pode dizer-se tanto. Bem se diz na Memória Descritiva do projecto: «O espírito de colaboração é porventura a qualidade mais pura que aqui vimos trazer».

Olhando agora para a escultura, diremos que Barata Feio quase não nos surpreendeu, pois habituou-nos a ser sempre novo. Mas aqui estão todas as qualidades que sempre tem afirmado. Nunca julgámos possível tanta força e movimento numa figura sentada. E aquela mão cheia de tanta coisa! É um movimento em potencial, um dinamismo contido, carregando uma força quase explosiva — e, no entanto, serena. Tudo isto tão diferente da gesticulação declamatória ou do movimento real colhido como num instantâneo fotográfico. Aqui está o que é uma linguagem especificamente plástica.

(Continua na pág. 11)

O TERREIRO DO PAÇO E O "MAR NOVO"

(Continuação)

do este dilúvio surgem, como não podia deixar de acontecer, obras que nos apontam um caminho que parece correcto (a consciência da crise é o primeiro passo para uma solução) e se não encontrámos ainda uma Arquitectura (poucos países no Mundo caminham decididamente para ela), a verdade é que qualquer coisa de animador se manifesta já no horizonte português.

O Concurso do Monumento ao Infante D. Henrique pôs à prova a capacidade dos Arquitectos contemporâneos e traduziu, perfeitamente, através das provas dos concorrentes, a crise terrível a que nos referimos.

O trabalho classificado em primeiro lugar apresentava, porém, esse «qualquer coisa» que nos garante ser possível, apesar de tudo, realizar uma Arquitectura contemporânea de valor semelhante a

qualquer boa Arquitectura passada. Dar realização a esse trabalho seria, em verdade, afirmar aos presentes e aos vindouros que neste momento, e em Portugal, existem espíritos capazes de dar solução, em termos correctos, a um tão difícil problema.

Infelizmente, porém, o Monumento de Sagres não se realiza e cremos que muitos portugueses lamentam tal facto, embora ele em nada diminua as qualidades do trabalho e todo o seu significado. O Palácio da Sociedade das Nações de Le Corbusier, talvez um dos edifícios mais representati-

FICHA DE «MAR NOVO»

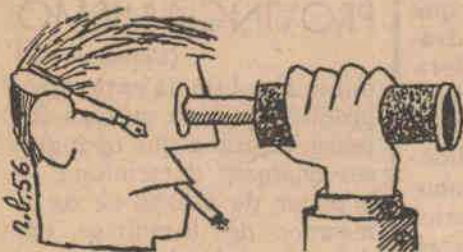
Arquitecto — João Andresen
Escultor — Barata Feyo
Pintor — Júlio Resende
Engenheiros — J. Ferry Borges e J. M. Simões Coelho

vos na história da Arquitectura contemporânea, não foi realizado e a Mensagem de Fernando Pessoa não ganhou o primeiro lugar no Concurso a que foi apresentada. Eis o exemplo de duas obras capitais, já consagradas e indiscutíveis, duas obras que permanecerão para sempre e não foram, no entanto, devidamente consideradas. E tantos, tantos casos semelhantes em todos os tempos e em todos os lugares.

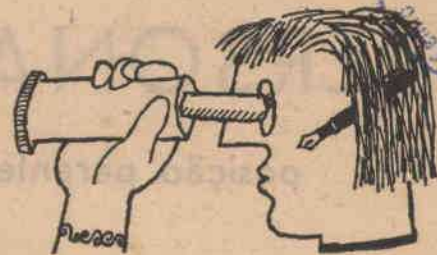
(Continua na pág. 11)

ALGUNS ARTIGOS NA IMPRENSA SOBRE «MAR NOVO»

- 21-9-56 — Ramos de Almeida no «Jornal de Notícias»
- 6-12-56 — Ruy Cinatti no «Diário Popular»
- 10-1-57 — Jorge de Sena no «Diário Popular»
- 10-1-57 — António Quadros no «Diário de Notícias»
- 23-1-57 — Roberto Nobre no «Primeiro de Janeiro»
- 29-1-57 — J. A. França no «Comércio do Porto»



ENCONTRO ATENTO



FUNDAÇÃO
CUIDAR
O FUTURO

VARIAÇÕES SOBRE A MÚSICA NAS IGREJAS

Apareceu o órgão. A Igreja achou que o órgão era bom porque dava glória a Deus. Mas o órgão não tocava sozinho. A Igreja chamou organistas para o fazerem tocar. Esses organistas sabiam que tocar órgão era uma forma de expressão artística. E também sabiam que tocar órgão na igreja era pôr a Arte ao serviço de Deus e dos fiéis, ao serviço da Liturgia. No princípio, a maioria dos organistas sabia improvisar, e essa improvisação era uma forma de orar. Outras vezes, e mais tarde isso tornou-se frequente, tocavam trechos compostos não por eles próprios, mas por alguém que respeitavam e consideravam mestre. E, mesmo neste caso, não deixaram de criar a sua obra de arte, continuando a pô-la ao serviço da Liturgia. E, pelo que hoje sabemos desses bons tempos, distinguia-se a música sacra da música profana. O próprio Bach, compondo cantatas, a umas chamava profanas, para que se distinguissem das que o não eram.

Pois, hoje em dia, parece que a ideia é outra. O órgão era caro demais, e por isso apareceu o harmónio, com pretensão a órgão de formato reduzido. Mas o pior, e não sei se pela mesma razão, é que o organista também foi substituído por um amador com pretensões a artista de formato reduzido. Além disso, parece que, a par destas reduções de formatos, também houve uma adulteração do sentido com que a música de órgão fez a sua entrada na igreja.

Vejamos o que se passa nalgumas igrejas de Lisboa. A improvisação, como já se disse, foi morrendo aos poucos, até que desapareceu por completo. O organista é recrutado entre as senhoras de boa vontade que trabalham no cartório, e não na escola de música. O critério de escolha admite que qualquer pessoa se possa desempenhar da função, desde que, pelo menos em pequenina, tenha recebido umas lições de piano, em que tenha aprendido a tocar a escala de dó sem se enganar nos dedos.

Quanto ao critério de escolha dos trechos musicais, ou depende da falta de possibilidades técnicas do executante, ou da sua falta de cultura musical. Uma ou outra hipótese oferecem todas as garantias para afastarem a música sacra do fim a que se destinava: a glória de Deus.

Não, não estou a exagerar. Vejamos uma lista de tre-

chos que podemos ouvir com muita frequência nas nossas igrejas:

Estudo op. 10 n.º 3 (Tristes-se)

Chopin

Valsas

Chopin

Rêverie (das Cenas Infantis)

Schumann

Le Cigne (do Carnaval dos Bichos)

Saint-Saens

Tre giorni (Ária que conta duma donzela que há três dias está de cama, doente)

Pergolesi

Romanza sem palavras

Mendelssohn

6ª sinfonia (1.º andamento)

Beethoven

Bem, isto podia continuar, mas não vale a pena. Poderíamos ainda dizer muito, quanto à qualidade das adaptações e interpretações destes trechos, mas não conseguiríamos dizer metade. O melhor é ir lá e ouvir.

Lembro-me agora que não é inteiramente verdade o que acima se disse quanto à morte da improvisação. Infelizmente, ainda perduram uns restos nas nossas paróquias. Em geral, durante a consagração, é corrente usar-se certo estilo piegas de improvisação. Nessa altura, limita-se o executante a encadear vagamente uma «piadosa» série de acordes, cujo objectivo constitui para mim verdadeiro mistério, embora no meu íntimo aliamente uma suspeita. Vou dizer qual é:

Tenho ouvido que, em países tecnicamente desenvolvidos, se está empregando com o maior êxito um novo método para aumentar produção de leite. E o processo consiste apenas em transmitir música para os estábulos. Quanto aos programas de tais audições, nada sei, mas têm-me assegurado da eficiência do processo.

Pois bem: estou em crer que o tal passear dos dedos por sobre o teclado do harmónio visa, análogamente, a aumentar a nossa produção de Avé-Marias murmuradas entre dentes, durante a consagração, nas missas dominicais. Mas claro que isto não passa duma suspeita, longe de estar confirmada.

Para terminar, apenas quero recordar que existe entre nós uma escola de música com classe de órgão, que existem órgãos autênticos em algumas igrejas e, por último, que existe uma vasta literatura de trechos de música sacra, antiga e contemporânea. Além disso, faço um apelo ao respeito por Deus, pela Igreja, pelo órgão, pela Liturgia, pela música e pelos ouvidos dos fiéis.

D. L. P.

O PROVINCIANISMO PORTUGUÊS

Se, por um daqueles artificios cómodos, pelos quais simplificamos a realidade com o fito de a compreender, quizermos resumir num síndrome o mal superior português, diremos que esse mal consiste no provincianismo. O facto é triste, mas não nos é peculiar. De igual doença enfermam muitos outros países, que se consideram civilizantes com orgulho e erro.

O provincianismo consiste em pertencer a uma civilização sem tomar parte no desenvolvimento superior dela — em segui-la pois mimeticamente, com uma subordinação inconsciente e feliz.

O síndrome provinciano compreende, pelo menos, três sintomas flagrantes: o entusiasmo e admiração pelos grandes meios e pelas grandes cidades; o entusiasmo e admiração pelo progresso e pela modernidade; e, na esfera mental superior, a incapacidade de ironia.

Se há característica que imediatamente distingue o provinciano é a admiração pelos grandes meios. Um parisiense não admira Paris; gosta de Paris. Como há-de admirar aquilo que é parte dele? Ninguém se admira a si mesmo, salvo um paranoico com o delírio das grandezas.

O amor ao progresso e ao moderno é a outra forma do mesmo característico provinciano. Os civilizados criam o progresso, criam a moda, criam a modernidade, por isso lhes não atribuem importância de maior. Ninguém atribui importância ao que produz. Quem não produz é que admira a produção. Diga-se incidentalmente: esta é uma das explicações do socialismo. Se alguma tendência têm os criadores da civilização, é a de não repararem bem na importância do que criam. O Infante D. Henrique, com ser o mais sistemático de todos os criadores de civilização, não viu contudo que prodígios estava criando — toda a civilização transoceânica moderna, embora com consequências abomináveis, como a existência dos Estados Unidos. Dante adora Virgílio como a um exemplar e uma estrela; nada há, todavia mais certo que o ser «A Divina Comédia» superior à «Eneida». O provinciano, porém, pasma do que não fez, precisamente porque não fez; e orgulha-se de sentir esse pasmo. Se assim não sentisse, não seria provinciano.

É na incapacidade de ironia que reside o traço mais fundo do provincianismo mental. Por ironia, entende-

-se, não o dizer piadas, como se crê nos cafés e nas redacções, mas o dizer uma coisa para dizer o contrário. A essência da ironia consiste em não se poder descobrir o segundo sentido do texto por nenhuma palavra dele, deduzindo-se, porém, esse segundo sentido do facto de ser impossível dever o texto dizer aquilo que diz. Assim, o maior de todos os ironistas, Swift, redigiu durante uma das fomes na Irlanda, e como sátira brutal à Inglaterra, um breve escrito propondo uma solução para essa fome. Propõe que os irlandeses comam os seus próprios filhos. Examina com grande seriedade o problema, e expõe com clareza e ciência a utilidade das crianças de menos de sete anos como bom alimento. Nenhuma palavra nessas páginas assombrosas quebra a absoluta gravidade da exposição; ninguém poderia concluir, do texto, que a proposta não fosse feita com absoluta seriedade, se não fosse a circunstância, exterior ao texto, de que uma proposta destas não poderia ser feita a sério.

A ironia é isto. Para a sua realização exige-se um do-

(Cont. pág. 10)

O BICO E O PREGO

Em tempos reuniu-se em Lisboa uma assembleia de pessoas assustadas. Não é exagero, porque se trata realmente dum autêntico pânico. Ora, sucedeu que, de comum acordo, se concluiu por uma atitude muito enérgica, muito sã e muito louvável: deve-se atacar o mal que receamos. Esta conclusão, duma lógica irreprimível, tão exacta que o próprio Descartes não desprezaria tomá-la como sua, deve ter posto os ditos senadores (ou cenadores?) no estado da mais irresistível alegria pela sua descoberta. Vieram então para o jornal diário onde publicaram uma notícia sensivelmente nestes termos: «nós, os que nos reunimos aqui, tivemos medo dum bicharoco estranho; ao cabo de discussões apaixonadas, concluímos que o único remédio possível é atacá-lo; mas nós, porque somos pessoas sensíveis, não o queremos fazer: fa-lo-ão os nossos criados de quarto. De modo que, é de crer que se encontrem agora muito tranquilos. Não porque os criados de quarto tenham começado a fazer qualquer coisa: eles querem descansar. Mas porque, diabo!, já disseram alguma coisa; enfim: descartaram-se.

Oh meu Deus! quem tem medo compra um cão, mas assim, francamente nem cão nem... Até porque não se chega a um estado de medo

sem uma cumplicidade, uma culpabilidade bem concreta, bem explícita! Por amor de Deus, senhores assustados, não virem o bico ao prego! Não há razão para sustos, afinal: o bicharoco só faz mal a quem se deixa atacar. Ora, diz o ditado que quem tem calos não se mete em apertos; daqui decorre, portanto, senhores assustados, que o bicharoco pode até ser benigno. Os criados de quarto a trabalhar e nós a descansar.

Quando se pensa em filosofia, ipso facto, estes senhores pensam (claro que não pensam) na indutiva metafísica do Tide, do Rock and Roll, do Já vais aí!, da futu-

(Cont. pág. 4)

ALMOÇO NO AUGUSTO OLIMPO

Um almoço de homenagem precisa de ser um grande almoço e de grande homenagem para que se note, porque de pindéricos almoços de homenagem está Portugal cheio.

Ora este foi dos bons, dos grandes. Desejando associar-se às tão vetustas celebridades que, de modo tão espiritual, consentiram nesse dia em trocar a pena pelo garfo, ENCONTRO transcreve aqui alguns passos dos seus discursos.

Falou-se em primeiro lugar de leques; ora leiam: «O êxito do teatro de Augusto de Castro reside, não na acção, nem no conflito, nem nos problemas, que envelhecem depressa, mas no espírito — chama eterna, força vivificadora de todas as obras imortais. Foi o espírito — ligeiro e delicado como o sopro de um leque de rendas que elevou o «Amor à Antiga» à categoria indiscutível das obras-primas».

Não resistimos à tentação de transcrever também este delicioso e mitológico trecho do discurso de outro orador: «De facto, a sua biografia, nas fichas das academias — e dos passaportes — a respeito do seu nascimento, são falsas! Você nunca nasceu!

O seu desabrochar para a vida pertence à história fabulosa dos Deuses, que não nasceram. Augusto de Castro surgiu da cabeça duma Deusa, já armado com a sua pena de «ave do Paraíso», como Minerva emergira de capacet e lança, da cabeça de Júpiter. (...)

E agora uma explicação: se os doze grandes Deuses do Olimpo, não estão hoje aqui, é que eles são supersticiosos e não querem estar consigo — treze à mesa!»

Dada a perfeição do retrato, nada mais diremos. Apenas as nossas felicitações ao ilustre homenageado!

P. T.

PERSONALISMO

posição perante uma crise

Nós, ocidentais, vivemos numa sociedade burguesa onde agoniza o individualismo optimista do século XIX. Mergulhados num mundo que nos oferece cada vez menores garantias da felicidade cómoda e mais ou menos romântica que os nossos avós ainda puderam tomar a sério, oscilamos ente duas tentações: o desespero perante o absurdo objectivo do universo dos nossos dias, a fuga a qualquer atitude vital em face das mais urgentes solicitações à acção. Desespero e evasão predominam na vida actual onde se misturam o sentimentalismo, a história, o medo, a solidão, a necessidade de comunicação levada a extremos patológicos, a busca da distracção brutal que sepulta o pensamento. Em tais regiões do ser se situa a liberdade do homem de hoje cujo processo vital poderá ser construtivo ou destrutivo; mas que sentido terá a hipótese construtiva, a própria classificação?

Alguns concluíram pela recusa dos resíduos idealistas que a moralidade tradicional ainda deixou em nós, no ocaso da civilização cristã; a essência do homem reduz-se à existência e o supremo valor humano é a corajosa rejeição de aspirações vãs. A corrente dos personalistas afirma, ao contrário, que a essência potencial do homem só se realiza quando a sua existência se torna totalmente disponível, afirmando-se essa disponibilidade em face dum apelo que o transcende ou que emana da própria estrutura pessoal.

Não há um personalismo, como não há um existencialismo. Estas duas orientações da filosofia contemporânea encontram-se no plano da reacção contra um pensamento desencarnado que ignore a realidade elementar de cada homem ter uma existência a construir, e necessitar dum critério para as escolhas que definem cada momento da sua vida. Para o personalismo, chamemos-lhe assim por comodidade, a verdade não é algo exterior ao homem que este possa atingir com uma simples actividade racional; a verdade é antes de mais nada a verdade de cada um, no sentido de que a solução da existência humana exige o empenhamento total e autêntico da pessoa na busca inquieta do limite para que tende. A diversidade de caminhos não implica necessariamente um relativismo as conclusões; daí a possibilidade dum personalismo católico, que formula as condições e exigências de uma conversão do homem ao absoluto.

Num plano diferente se encontra o personalismo com o marxismo: o homem não vive a par duma objectividade exterior; é, em certa medida, produto e agente dessa objectividade. A existência do homem relaciona-se com o mundo objectivo de dois modos: a conquista pessoal da verdade interior projecta-se sobre a natureza e é condicionada por esta. Assim, a existência histórica é também um processo de interacção entre o homem e as coisas; a liberdade humana não é um dado mas uma conquista, determinada num conjunto objectivo de limitações materiais. Nesta perspectiva se põe o problema económico: não são iguais as possibilidades de acesso de todos os homens a um autêntico universo pessoal, pois a sua esmagadora maioria não tem garantidas as condições mínimas para realização de todas as potencialidades. Mas, se o personalismo impõe uma doutrina social, exige uma sociedade baseada no respeito pela pessoa humana, ultrapassa o marxismo por não reduzir a origem da alienação do homem a um sistema económico defeituoso. Se a nossa angústia resulta de o mundo em que vivemos frustrar todas as aspirações mais fundas da alma humana, como surge então o personalismo perante essa crise civilizacional que se tornou um lugar comum em todos os pensadores contemporâneos?

Falou-se de nova revolução socrática a propósito do profundo desvio, verificado este século, na orientação da filosofia; dados o sujeito e o objecto do conhecimento, foi o último, ou a relação entre ambos, que ocupou, de preferência, quatro séculos de pensamento humano. Da mesma forma que o órgão doente do nosso corpo, até então ignorado, nos força pela dor a dirigir a nossa atenção sobre ele, assim o sofrimento do homem acabou por situá-lo no centro das suas especulações. O personalismo integra-se neste movimento dos que redescobriram o humano ao vê-lo tão trágicamente ameaçado; se a esperança se justifica, ela impõe uma acção em face dos obstáculos sociais que se levantam à afirmação dos mais elementares valores humanos: um personalismo que reduzisse o homem à solução unilateral dos seus problemas íntimos seria contraditório, não procuraria senão formas rebuscadas de narcisismo. Ser livre, significa ser responsável e cada um de nós, respondendo por si, responde também pelas condições da sociedade em que vive. Vê-se assim que o

personalismo, partindo das exigências mais profundas da alma e reconhecendo como única via para a apreensão do sentido da vida, o próprio desenho de todos os momentos da existência, impõe uma revolução nas relações entre os homens. Por isso, todos os mitos políticos com que se pretendeu substituir a antiga crença comum, hoje apenas de alguns (e destes, muitos de má-fé), repugnam ao personalismo, tenham eles a forma do Estado ou do Partido, único detentores da ortodoxia, do nacionalismo quixotesco ou do imperialismo. A vaga de cesarismo que nas suas múltiplas formas alastra pelo mundo, como um abuso da autoridade política no caos social em que vivemos, tem assim no personalismo um adversário intransigente. Qualquer hipócrita pretensão de salvar o homem partindo da negação dos seus mais elementares direitos é desmascarada por aqueles que pretendem uma humanidade autêntica, sabendo que os fins estão indissolúvelmente ligados aos meios para alcançá-los.

Em conclusão, o personalismo representa, ao opor-se à crise que o despertou, um humanismo novo que defende velhos valores hoje desprezados; não aceitando a



Emmanuel Mounier

derrota dos desesperados, julga um optimismo possível, embora seja um optimismo dramático. Porque não lhe interessa como último objectivo o bem estar dos homens, isto é, a única forma de felicidade que o nosso tempo deseja, o emburguesamento tornado sinónimo da plenitude humana: o caminho que vai do indivíduo à pessoa pode exigir o sacrifício da própria vida, e a verdadeira tragédia do homem é aceitar uma existência sem as razões porque tem sentido viver.

Uma corrente personalista importante, e que tem exercido larga influência em vários países europeus, é a da revista francesa «Esprit». Fundada por Mounier em 1932, tendo como causa pró-

xima a crise económica que desnudava mais uma fraqueza do ocidente, a referida publicação viria a abordar uma extrema complexidade de temas da actualidade, pela pena de colaboradores como as mais diferentes orientações ideológicas. Mounier, sendo um católico, não exigiu daqueles que o acompanharam no movimento uma total comunhão de ideias. Então, qual foi a plataforma comum para garantir um mínimo de coerência a «Esprit»? Pretendia-se uma frente de espíritos honestos, abertos para uma controvérsia sobre o diagnóstico e a terapêutica da crise ocidental, tendo como núcleo das suas preocupações o destino do homem.

Quaisquer que sejam as restrições a fazer à qualidade da colaboração de alguns adeptos do movimento, inclusivé à imprecisão de algumas conclusões básicas, como a necessidade da promoção dum «mundo socialista» numa «civilização do trabalho», uma notável contribuição se deve aos pensadores de «Esprit»: formulou-se claramente a necessidade dum pensamento capaz de orientar as transformações sociais que o homem pode hoje, consciente ou inconscientemente, provocar numa escala inédita na história. Numa época de grande desenvolvimento técnico e científico, os ocidentais tuteiam ante as necessidades dum doutrina social que esclareça os equívocos do «progresso», para alguns ingénuos apenas cientificamente definível e quantitativamente mensurável. Enquanto o marxismo fornece uma doutrina social coerente, a nossa civilização «cristã» só vagamente conhece o pensamento doutrinário dos Papas; o movimento de «Esprit» reconheceu esta necessidade dum pensamento totalizador dos múltiplos aspectos da realidade social, em conexão com a afirmação dum conjunto de valores. Mounier recusou, porém, a elaboração definitiva de qualquer doutrina; a acção tem de ser pensada em face de determinadas situações concretas e em conformidade com os valores que se pretende realizar. Portanto, a alteração dessas situações modifica imediatamente a explicitação dos valores, o que justifica frase de Mounier: «que a acção se guarde de todo o *a priori* doutrinário». Mas, noutro sentido, a mais importante contribuição de «Esprit» para a solução da crise contemporânea talvez seja, afinal, a exigência categórica dum pensamento doutrinário; a clássica metáfora da alma incipiente da criança no corpo do adulto, imagem do homem onnipotente de hoje que não sabe como orientar o seu poder, revela-nos bem o núcleo da questão.

MÁRIO MURTEIRA

PROVINCIANISMO

(Continuação)

mínio absoluto da expressão, produto de uma cultura intensa; aquilo a que os ingleses chamam *detachment* — o poder de afastar-se de si mesmo, de dividir-se em dois, produto daquele «desenvolvimento da largueza de consciência» em que, segundo o historiador alemão Lamprecht, reside a essência da civilização. Para a sua realização exige-se, em outras palavras, o não ser provinciano.

O exemplo mais flagrante do provincianismo português é Eça de Queirós. É o exemplo mais flagrante porque foi o escritor português que mais se preocupou (como todos os provincianos) em ser civilizado. As suas tentativas de ironia aterram não só pela grande falência, senão também pela inconsciência dela. Neste capítulo, «A Relíquia», Paio Pires a falar francês, é um documento doloroso. As próprias páginas sobre Pacheco, quase civilizadas, são estragadas por vários lapsos verbais, quebradores da imperturbabilidade que a ironia exige e arruinadas por inteiro na introdução do desgraçado episódio da viúva de Pacheco. Compare-se Eça de Queiroz, não direi já com Swift, mas, por exemplo, com Anatole France. Ver-se-á a diferença entre um jornalista, embora brilhante, de província, e um verdadeiro, se bem que limitado, artista.

Para o provincianismo há só uma terapêutica: é o saber que ele existe. O provincianismo vive da inconsciência; de nos supormos civilizados quando o não somos, de nos supormos civilizados precisamente pelas qualidades por que o não somos. O princípio da cura está na consciência da doença, o da verdade no conhecimento do erro. Quando um doido sabe que está doido ainda não está doido. Estamos perto de acordar, disse Novalis, quando sonhamos que sonhamos.

Fernando Pessoa

ENCONTRO

N.º 8 Fevereiro de 1957

Director: João Salgueiro
Chefe de Redacção: Pedro Tamen
Administrador: Joaquim da Silva Pinto
Editor: Adolfo de Macedo
Delegado em Lisboa: Pedro Lagido
Delegado no Porto: Soares Barbosa
Deleg. em Coimbra: Francisco Pólvora

ORGÃO DA JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA CATÓLICA

JUC do Porto / CADC de Coimbra / JUC de Lisboa
COM APROVAÇÃO DA AUTORIDADE ECLESIASTICA

COMPOSTO E IMPRESSO NA
GRÁFICA IMPERIAL, LIMITADA
Telefone 84 44 09 — LISBOA

Redacção e Administração
Campo dos Mártires da Pátria, 43
L I S B O A

Catolicismo

1
9
5
7

Documentos

No dia 29 de Janeiro, festa de S. Francisco de Sales, falando aos escritores e jornalistas católicos, o sr. D. António Ferreira Gomes, Bispo do Porto, pronunciou um notável discurso a propósito de alguns problemas de filosofia política mais relacionados com a doutrina da igreja. Na impossibilidade de o transcrevermos na íntegra, registamos apenas dois trechos

O primeiro, sobre a posição do homem em face do Estado:

«Se há uma natureza humana e um direito natural, não é o Estado — quer por direito divino, quer por facto social — a fonte de todo o direito. O Estado não faz nem dá o direito natural. Ele próprio tem de examinar donde lhe vem o direito; ele próprio tem de se situar dentro do direito natural, acatando-se ainda quanto possível de ser juiz em causa própria. E não há sair de aqui senão pela porta do bolchevismo, do bolchevismo de qualquer cor...

Da natureza e do seu Autor vêm os direitos essenciais; e o seu sujeito é o homem, enquanto pessoa. Não há sujeito de direitos, se não é sujeito de liberdade e de responsabilidade; isto é, se não é pessoa. É mal vai a uma sociedade em que para se ser melhor cidadão é preciso ser-se menos pessoa!

Só a pessoa é sujeito de direitos — sujeito e não objecto; sujeito de direitos, porque sujeito de liberdade. Primariamente, as pessoas físicas; secundariamente as pessoas morais, todas as pessoas morais legítimas, das quais o Estado

é a última e suprema, não a primeira nem total.

A sociedade humana resulta da pessoa humana e fundamenta-se na natureza do homem; regula-se portanto fundamentalmente pelo direito natural. Não resulta da vontade dos fortes nem da união dos fracos; não nasce dum pacto social, nem recebe a essência, nem sequer a essencial existência, duma postulação ou determinação positiva. Se assim fosse, porque limitar-se o Estado?... Mas também, porque não dissolver-se?

Não sabemos que haja maior miséria nem maior fonte de desgraças para a sociedade e para o Estado — precisamente para o Estado — do que o Estado fonte de todo o direito, o Estado a razão e fim de si mesmo, o Estado ilimitado, quer esta omnipotência e infinitude resulte da vontade dum só ou do voto das maiorias. Se para o cidadão o Estado é tudo, só resta ao cidadão um objectivo: conquistar o Estado. É a teoria da revolução permanente, da parte dos que já são o Estado.

O homem é pessoa, isto é, sujeito de direitos e deveres, ainda antes de ser cidadão. Não é pelo Estado que o cidadão é homem: é, por ser de homens que os formigueiros humanos não são só formigueiros, mas Estados. E o Estado é a cúpula da sociedade, não é a própria sociedade nem a nação. O Estado reconhece e regula a vida; não dá a vida, nem às pessoas físicas nem às pessoas morais.

O segundo trecho, é sobre o anti-comunismo de certas políticas do ocidente: «A desgraça seria identificar acção com reacção; tendo de reagir contra o

comunismo, adoptar conceitos e métodos, que são bem seus (embora tomados, é justo confessá-lo, da civilização laicizada d. Ocidente) e, deixando de considerar o que se haja de fazer em reacção como um triste remédio, passar a considerá-lo como a justa expressão duma política ou sociologia sã. É esse, repetimos, o maior mal do comunismo, a que não escaparam os corporativistas do passado e que continua aberto para o futuro.

Nada há de tão parecido entre si como são os contrários».

Dezoito arcebispos e bispos do Piemonte, tendo à frente o Cardeal Fossati, arcebispo de Turim, assinaram recentemente uma pastoral colectiva condenando «certas formas do boxe». Diz um trecho dessa pastoral: «Em matéria de desporto, nós exprimimos a nossa reprobção declarada contra todos os espectáculos que são, não apenas desprovidos de valor educativo, mas que excitam os instintos mais baixos, tais como certas formas do boxe, acerca das quais não se sabe dizer se o mais repugnante é a violência dos combatentes se a crueldade do público que delira diante deste desencadear de brutalidade. Desejamos uma lei que discipline depressa esta modalidade de desporto tão desumana, tão bárbara — escola de violência e muitas vezes de acidentes mortais».

Factos

Há meses, abriu em Córdoba, na Argentina, o Instituto Universitário, que deve preparar caminho à primeira universidade católica deste país. Três Faculdades funcionam já: Filosofia, Direito e Medicina, assim como vários cursos especiais, entre eles, o de Economia e de Bioquímica e o de Serviço Social. Este Instituto funciona perto da Universidade de Córdoba, a mais antiga da Argentina, criação da Igreja que mais tarde passou para o Estado.

É interessante assinalar que, na América Latina, existem 44 Universidades do Estado e 22 privadas, das quais 17 são

católicas. Estas últimas fazem parte da ODU CAL, organização das universidades católicas latino-americanas.

O mais importante prémio literário espanhol, o prémio Eugénio Nadal, foi atribuído pela primeira vez este ano a um sacerdote, o Padre José Luis Martín, autor de um romance intitulado *La frontera de Dios*. A propósito, a imprensa espanhola salienta que é também a primeira vez que este prémio distingue não apenas uma obra de grande valor literário, mas também de grande densidade teológica.

Com a idade de trinta anos, e seis apenas depois da sua ordenação, um padre africano de raça negra acaba de ser sagrado bispo, tornando-se assim o bispo mais novo de todo o mundo. Trata-se de Mons. Maurício Otunga, natural do Kénia e filho de um chefe de tribo.

Nisto se reflete a maravilhosa universalidade da Igreja — e a sua resposta aos funestos preconceitos raciais que dividem os homens em tantas regiões do Globo.

«Unidade na diversidade» — eis o tema do 6.º Congresso Internacional «para a paz e civilização cristã», a efectuar em Florença, no próximo mês de Junho, por iniciativa do presidente do município desta cidade, Jorge La Pira, grande figura do laicado católico.

Na mensagem que acaba de dirigir aos chefes de governo de vários países, anunciando-lhes a realização do congresso, La Pira escreve: «Os acontecimentos trágicos que tiveram lugar recentemente no mundo, longe de produzirem em nós fermentos de cepticismo e nos estancarem a iniciativa, aumentam pelo contrário na nossa alma a urgência da graça e da caridade e abrigam-nos a atribuir a este congresso um peso e um alcance maiores ainda que no passado».

Números

Segundo estatísticas recentíssimas fornecidas pelo Anuário Pontifício de

1957, o número total de católicos (os baptizados, não infelizmente os praticantes) é actualmente de 464.200.000, assim repartidos:

Europa	224.250.000
América Central e do Sul	127.000.000
América do Norte	64.000.000
Ásia	29.000.000
África	17.450.000
Oceania	2.300.000

A proporção mais forte em relação ao número de habitantes é a da Europa (48,3%); as mais fracas, a da Ásia (2,7%) e a da Oceania (0,5%).

Nesta massa de católicos, exercem o seu apostolado 381.500 padres, dos quais um pouco mais de 250.000 pertencem ao clero diocesano e os restantes ao clero religioso.

A média mundial é de 1 padre para 1.270 fiéis. Mas a média oscila muito de país para país — desde a Islândia, em que é de 1 para 65, à Guatemala, em que é nada menos que de 1 para 18.400. Em Portugal, é de 1 para 1.650 (melhor ao norte, muito pior ao Sul), ou seja, a proporção mais desfavorável na Europa.

Os religiosos são em número de 270.000 (padres e irmãos leigos) e as religiosas cerca de um milhão.

A actividade deste conjunto de padres, dos religiosos e das religiosas pode resumir-se nos seguintes pontos:

— Assegura a vida espiritual de perto de 500 milhões de católicos e a evangelização dos não-cristãos;

— Ensina: 20 milhões de crianças, 10 milhões de rapazes e 10 milhões de raparigas, em 160.000 escolas de todos os graus;

— Assiste: 14 milhões de pessoas, em 50.000 instituições de caridade (hospitais, clínicas, centros de assistência, etc.)

A Igreja Católica, além do seu papel estritamente religioso, é no mundo o maior exército dedicado à benemerência.

Fundação Cuidar o Futuro

O TERREIRO DO PAÇO E O MAR NOVO

(Continuação)

No que respeita ao Monumento de Sagres, cremos que valeu a pena realizar o Concurso e cremos que valeu a pena todo o esforço dos concorrentes, sobretudo dos concorrentes classificados em primeiro lugar, porque temos a convicção de que o «Mar Novo» representa um marco, um grande marco, na Arte portuguesa.

Julgamos ter-se perdido a oportunidade de realizar uma obra tão moderna como o Terreiro do Paço e o tempo, o grande juiz, há-de confirmar, assim o esperamos, esta nossa afirmação.

Sabemos que se dividem as opiniões quanto à localização do Monumento, mas julgamos correcta a que foi definida quando da abertura do Concurso assim como nos parecem pouco válidos os dois principais argumentos da opinião contrária.

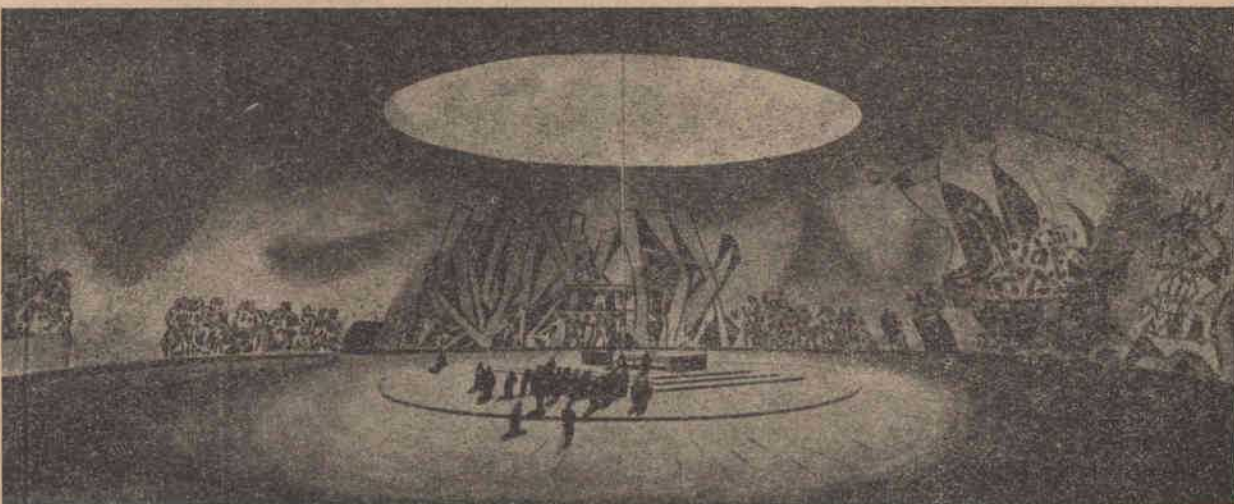
Em resposta à afirmação de que o promontório de Sagres não deve ser atingido na sua beleza natural por qualquer construção humana, perguntamos: se assim pensassem, por exemplo, egípcios e gregos, quem ou-

saria tocar a beleza do Deserto de Gizeh construindo as magníficas Pirâmides ou a beleza da elevação sobranceira a Atenas que o mundo conhece por Acrópole?

Não conhecemos um único caso em que uma bela construção humana tenha destruído uma bela construção natural; o homem sempre gostou de associar as suas obras às obras do Criador, questão é que elas sejam dignas de tão alto fim.

Quanto à afirmação de que Sagres fica muito longe e o Monumento não seria visitado afirmamos que para quem procura a beleza não existe a distância e se o Monumento fosse realmente aquilo que todos nós desejávamos, traduzisse realmente o sentir de todos os portugueses em face da alta figura do Infante, esse lugar seria tão visitado como todos os outros que para nós representam alguma coisa de muito grande.

E vemos ainda na localização do Monumento em Sagres uma outra grande vantagem, a de que ele poderia contribuir para a descentralização do nosso turismo, aspecto que nos parece fundamental, dada a tendência para chamar a Lisboa muitos dos motivos que o podem fomentar.



UMA NOVA DÍVIDA

(Continuação)

Da pintura já não diremos o mesmo: a obra de Resende foi uma grande, uma emocionante surpresa. Eis o que foi capaz de fazer este pintor quando lhe deram um tema e uma parede. Temas e paredes: duas coisas que fazem falta à nossa pintura de hoje e sem as quais ela não se revelará autenticamente. Aqui, a mesma síntese de correntes que se apontou na arquitectura: esta obra é um fruto maduro de todo um século de experiências picturais.

E temos uma nova dimensão: o tempo. É que a pintura se vai desenrolando a par do caminhar do visitante. E talvez por isso o ritmo é vibrante — quase sonoro — e ordenado em ondulações musicais. Há os andamentos lentos e os rápidos e fortes, de sabor épico (os estaleiros, o mar tenebroso). Parece uma grande oratória. Mas tudo obtido pelos mais rigorosos processos picturais.

Tem sido muito debatida a questão de saber se o monumento ao Infante deve ou

não ser construído em Sagres; ou se deve mesmo ser construído um monumento ao Infante. Tais dúvidas estão agora ultrapassadas — perderam o sentido com Mar Novo. Mar Novo impõe o local e impõe o monumento — se outras razões não houvesse.

Temos passado lustros (não sei se séculos) a recriarmos-nos por causa da dívida ao Infante. Pois parece que não é ainda agora que essa dívida se salda. Mas nova dívida se acrescentou; por quanto tempo nos recriaremos nós da dívida para com os autores de Mar Novo?

(1) — Mensagem — O Infante.

ENCONTRO ABERTO

Um universitário do Porto envia-nos a seguinte pergunta: EM QUE MEDIDA E CONDIÇÕES UM AUMENTO DE SALÁRIOS PODE SER UM SINAL DE CRESCIMENTO ECONÓMICO OU UM FACTOR DE PERTURBAÇÕES E CRISE? Acrescenta, depois, que pensava, sobretudo, no caso de um país sub-desenvolvido como é o nosso.

Publicamos a seguir a resposta da Dr.ª D. Maria Manuela da Silva.

Duas das maiores dificuldades com que se depara na elaboração de planos de crescimento económico de áreas ou países sub-desenvolvidos são:

— A falta de capitais para investir (e todo o plano tem de recorrer, em maior ou menor escala, ao investimento);

— A exiguidade do mercado (se não há quem compre, o plano de crescimento económico carece e um dos seus elementos nucleares — a procura).

Tanto uma como outra das dificuldades apontadas não são alheias ao próprio estado de sub-desenvolvimento. Os estudiosos têm até evidenciado quanto elas são simultaneamente causa e consequência do não desenvolvimento económico. É conhecida a imagem do «círculo de ferro», com que se designa a dificuldade da expansão das economias sub-evoluídas.

De algum modo, o círculo pode quebrar-se. E estarão desde já indicadas duas possibilidades de o fazer: provocar investimentos estranhos ao sistema económico (investimentos autónomos), aumentar a capacidade aquisitiva do mercado, através, por exemplo, de distribuição de poder de compra às famílias. Cada uma destas políticas tem as suas vantagens e deficiências próprias, cuja análise nos levaria longe de mais. Se as referi aqui, não foi, porém, desinteressada da sequência do artigo. É que falar em capacidade aquisitiva é falar em rendimento pessoal ou familiar (quanto mais se possui, mais se gasta) e, portanto, em salários, pois que o trabalho constitui a principal fonte e, na maioria dos casos, a única de rendimento das famílias.

O aumento dos salários mantém por isso uma ligação forte com as políticas de crescimento económico. É mais forte mesmo do que habitualmente se pensa. Ainda que o crescimento se pudesse iniciar apenas à custa de novos investimentos, o prosseguimento de uma política de expansão implicaria necessariamente o aumento das remunerações do trabalho.

Duas ordens de razões o explicam: O gasto em bens de consumo depende do nível de rendimento das famílias. A observação empírica autoriza a concluir que, quanto mais elevado é este, menor é a proporção do rendimento gasto em bens de consumo. Por outro lado, as

classes ricas procuram habitualmente bens de importação — os quais se apresentam com a característica de bens de luxo em relação aos seus congéneres nacionais. O plano de gastos das famílias ricas não favorece, antes entrava, o desenvolvimento económico. É o progressivo aumento do poder da compra das classes populares — este quase integralmente aplicado em consumo e no mercado nacional — que constitui o incentivo de produção indispensável ao prosseguimento de todo o plano de crescimento.

Por outra razão ainda é indispensável o aumento gradual dos salários das classes populares, designadamente rurais e operárias. O rendimento das famílias é aplicado na satisfação das suas necessidades a começar pelas mais prementes habitação, alimentação, vestuário. Só à medida que atingem um mínimo de satisfação em relação a estas necessidades as famílias tendem a aplicar o excedente do seu rendimento em cinema, leituras, etc. Que já dá, às classes de baixos rendimentos vivem, em grande parte, privadas destes poderosos meios de comunicação entre os homens. Em consequência, subtraem-se ao fenómeno de imitação, do qual, dando origem ao aparecimento de necessidades novas, é também um estímulo ao progresso.

Estas são algumas das relações de dependência entre crescimento económico e salário. Delas se pode concluir que um plano de crescimento tem de prever uma distribuição de rendimento por forma a aumentar o poder de compra das classes populares.

Esta conclusão, à primeira vista, parece opor-se a tudo quanto habitualmente se pensa e se diz acerca do aumento dos salários.

Destacamos dois dos problemas mais levantados:

Necessidade de investimento

Com efeito não falta quem argumente que os baixos salários se justificam pela necessidade que os países pobres têm de prover ao aumento dos seus capitais, tanto mais necessários quanto se entra numa fase de expansão económica. Acontece, porém, que neste raciocínio, pseudo-defensor da grande

concentração capitalista, há, pelo menos, dois vícios de origem. Os excedentes de consumo das classes ricas não se convertem necessariamente em investimentos; a teoria económica ensina que o investimento não só depende do nível de poupanças existentes como, e fundamentalmente, das expectativas de lucro. Se se formam altos rendimentos sem que paralelamente cresça o poder de compra das classes populares, faltará o necessário estímulo ao investimento. A observação empírica confirma esta proposição teórica: as classes abastadas aplicam normalmente o excedente do seu rendimento na aquisição de bens sump-tuários.

Aumento de salários — Crescimento económico ou ameaça de crise

Também a observação empírica mostra serem suficientes as poupanças feitas pelas Instituições. E esta é outra razão para mostrar quanto é errónea uma política de crescimento económico que ignore os benefícios da melhor repartição do rendimento entre capital e trabalho.

Receio de inflação

Sempre que um sector de actividade aumenta as remunerações do seu pessoal, surgem fortes receios de que a alta de preços venha não só abafar o aumento de salários como, até, dar-lhe um efeito negativo. Não se pode dizer que tais receios sejam tão somente especulações lúgubres do espírito. A história dos factos económicos mostra mais do que um exemplo deste fenómeno, aliás previsível dentro da análise económica.

Todo o aumento de salários se traduz para o empre-

sário num aumento do custo da produção e, normalmente até, essa variação é muito elevada, dado o alto volume de emprego que caracteriza quase todos os sectores de actividade.

Em consequência o empresário que visa o lucro não aceitará possivelmente esse aumento de despesa, que representa afinal para ele, se outras condições não variarem, uma redução dos lucros. Procurará por todos os meios encontrar uma compensação. E não deixará de recorrer a uma das mais atraentes — o aumento do preço dos produtos. Acresce ainda que, se se trata de empresas produtoras de bens que as famílias beneficiadas com o aumento dos salários

adquirem, o empresário encontra na maior procura um novo motivo para o aumento dos preços.

Gera-se ou pode gerar-se uma «psicose altista», tão justamente temida pelos responsáveis de política económica.

Claro está que aquela situação não é uma fatalidade inerente a toda a política de aumento de salário. Os governos têm variados meios de impedir que se concretize a tendência para a alta. Por exemplo: fixando os preços de alguns bens de consumo, designadamente de alimentação, habitação e vestuário, os que principalmente sofrem o aumento; ou promovendo que os aumentos de salários se deem de forma gradual e não maciça.

Em períodos de crescimento económico, as probabilidades do aumento de preços em consequência do aumento dos salários têm aliás atenuantes. Os empresários, empenhados como estão em

melhorar as condições técnicas de fabrico, procurarão compensar o aumento de encargos provenientes do aumento dos salários com melhorias de produtividade. Também o facto de encontrar mercado para a produção em maior escala pode trazer-lhes vantagens apreciáveis.

Estes são alguns aspectos da questão que, sendo de interesse inegável, me pareceram possíveis de abordar num artigo desta natureza.

Dois reparos julgo oportuno fazer. Primeiro, o ter afastado da análise quaisquer considerações de ordem moral. É sempre uma limitação o fazê-lo, mórmente quando se trate — como é o caso — de matéria que tão

de perto se prende com a existência humana. Mas uma limitação, necessária para efeito de simplificação de análise, é legítima, quando se não deixa de ter também presente, ainda que só implicitamente, os valores morais que o problema contém.

Em segundo lugar, devo dizer que, mesmo em relação aos aspectos de conteúdo económico, cingi-me, na medida do possível, aos estritamente abrangidos pelo subtítulo. Quantos a esses, preocupei-me sobretudo em dar uma visão do problema não demasiadamente simplista, mostrando principalmente a interdependência dos assuntos e, consequentemente a impossibilidade de formular uma proposição de validade geral para resposta à questão enunciada, pois que, para cada conjunto de hipóteses, a resposta tem de ser diferente.

Dr.ª MANUELA SILVA



CAMPO
CONTRA
CAMPO

